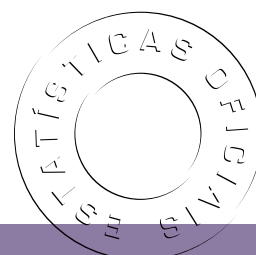




Estatísticas do Emprego

2º Trimestre 2007



FICHA TÉCNICA

Em Abril de 1996 o Fundo Monetário Internacional (FMI) criou o 'Special Data Dissemination Standard' (SDDS) visando reforçar a transparência, integridade, actualidade e qualidade da informação estatística. No âmbito do SDDS é disponibilizada informação sobre: dados macroeconómicos, política de divulgação ao público, política de revisões e metodologias subjacentes à preparação da informação estatística.

Portugal aderiu ao SDDS em Outubro de 1998, podendo ser consultada a informação referente ao nosso país no 'Dissemination Standard Bulletin Board' do FMI, acessível na Internet – <http://dsbb.imf.org>

Em articulação com o calendário de divulgação estabelecido no SDDS, igualmente disponível no referido endereço da Internet, o Instituto Nacional de Estatística publica, em primeira mão, na Internet - www.ine.pt as relevantes estatísticas sobre Contas Nacionais Trimestrais, Índice de Produção Industrial, Inquérito ao Emprego, Índice de Custo do Trabalho, Índice de Preços no Consumidor, Índice de Preços na Produção Industrial, Comércio Internacional e Estimativas da População Residente.

A informação estatística abrangida pelo SDDS relativa a Portugal é compilada pelo Ministério das Finanças, pelo Instituto Nacional de Estatística, pela Bolsa de Valores de Lisboa e pelo Banco de Portugal.

Título

Estatísticas do Emprego 2007

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 0872-7570

Depósito legal nº: 77257/94

Periodicidade Trimestral

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

Serviço de Apoio ao Cliente 808 201 808

ESTATÍSTICAS DO EMPREGO – 2º TRIMESTRE DE 2007

ÍNDICE

Resumo – <i>Abstract</i>	2
Nota introdutória.....	3
Sinais convencionais, símbolos, siglas, abreviaturas e esclarecimentos aos utilizadores	4
1. Análise dos resultados	5
1.1. População activa.....	5
1.2. População empregada.....	5
1.3. População desempregada	7
1.4. População inactiva.....	9
1.5. Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho.....	10
1.6. Regiões NUTS II.....	11
2. Quadros de resultados	13
3. Notas metodológicas.....	29
4. Conceitos	32
5. Outra informação disponível.....	35
6. Tema em análise: <i>A medida dos salários a partir do Inquérito ao Emprego</i>	37
Lista dos “Tema em análise” já publicados nas <i>Estatísticas do Emprego</i>	46

RESUMO – ABSTRACT

De acordo com os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 2º trimestre de 2007, a população activa em Portugal aumentou 0,2%, face ao trimestre homólogo de 2006, correspondendo a 8,8 mil indivíduos, e desceu 0,2% face ao anterior (10,4 mil). Para este acréscimo homólogo são de destacar os seguintes resultados: o aumento no número de activos do sexo feminino (21,3 mil indivíduos), no número de activos com 35 e mais anos (52,0 mil) e no número de activos com nível de escolaridade completa correspondente ao ensino secundário ou pós-secundário (2,5 mil) e superior (30,3 mil). A taxa de actividade da população em idade activa (15 e mais anos) foi de 62,4%.

A população empregada diminuiu 0,5% (26,2 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2006, e aumentou 0,4% (18,9 mil), face ao trimestre anterior. Para a evolução homóloga referida contribuíram essencialmente os seguintes resultados: a redução no número de homens empregados (14,9 mil), de empregados com idade inferior a 35 anos (58,0 mil), com nível de escolaridade completa correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico (49,0 mil), a trabalhar no sector dos serviços (11,6 mil), por conta de outrem com contrato de trabalho sem termo (77,6 mil) e a tempo completo (67,1 mil). A taxa de emprego da população em idade activa (15 e mais anos) fixou-se nos 57,5%.

No 2º trimestre de 2007, o número de desempregados ascendeu a 440,5 milhares de indivíduos. A população desempregada aumentou 8,6% (34,9 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2006, e diminuiu 6,3% (29,4 mil), face ao trimestre anterior. Para o acréscimo homólogo do desemprego contribuíram essencialmente os seguintes resultados: o aumento no número de desempregados do sexo feminino (32,7 mil), de indivíduos com 25 e mais anos (37,3 mil), com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico (25,0 mil) e ao superior (10,2 mil), à procura de novo emprego (31,1 mil) cujo ramo da última actividade pertencia aos serviços (18,9 mil) e à procura de emprego há 6 meses ou menos (24,1 mil). A taxa de desemprego foi de 7,9%, tendo aumentado 0,6 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre homólogo e diminuído 0,5 p.p. face ao trimestre anterior.

A população inactiva com 15 e mais anos aumentou 0,5%, quer face ao trimestre homólogo de 2006, quer face ao anterior (abrangendo 17,1 mil e 15,6 mil indivíduos, respectivamente). A taxa de inactividade (15 e mais anos) foi de 37,6%.

According to the Labour Force Survey results for the 2nd quarter 2007, the labour force in Portugal increased 0.2%, when compared with the 2nd quarter 2006, corresponding to 8.8 thousand individuals, and decreased 0.2%, when compared with the previous one (10.4 thousand). For that increase, the following results should be highlighted: the increase in the number of the active females (21.3 thousand individuals), in the number of the active aged 35 years old and over (52.0 thousand), and in the number of active people who attained an intermediate (upper secondary or post-secondary non tertiary) level of schooling (2.5 thousand) or a higher (tertiary) level (30.3 thousand). The working age participation rate (15 years old and over) estimate was 62.4%.

In the 2nd quarter 2007, the number of people employed decreased 0.5% (26.2 thousand individuals), when compared with the 2nd quarter 2006, and increased 0.4% (18.9 thousand), when compared with the previous quarter. Concerning the former decrease, the following results should be highlighted: the decrease in the number of males employed (14.9 thousand), in the number of employed with less than 35 years old (58.0 thousand), of those who completed a first or a second stage of basic education (49.0 thousand), of those who were working in the services sector (11.6 thousand), as an employee with a permanent contract (77.6 thousand), and working full-time (67.1 thousand). The working age employment rate (15 years old and over) was 57.5%.

In the 2nd quarter 2007, the unemployment level was 440.5 thousand individuals. The number of unemployed people increased by 8.6% (34.9 thousand), when compared with the 2nd quarter 2006, and decreased 6.3% (29.4 thousand), when compared with the previous one. The following results contributed most for the former increase: the increase in the number of female unemployed (32.7 thousand), unemployed aged 25 years old and over (37.3 thousand), who completed a first or a second stage of basic education (25.0 thousand) or a higher (tertiary) level of schooling (10.2 thousand), who were searching for a new job (31.1 thousand), coming from the services sector (18.9 thousand), and searching for a job for 6 months or less (24.1 thousand). The unemployment rate was 7.9%, up 0.6 percentage points (p.p.) from the same quarter of 2006, and down 0.5 p.p. from the previous quarter.

In the 2nd quarter 2007, the inactive population of 15 and over increased 0.5%, when compared with both the same quarter of 2006 and the previous quarter (17.1 and 15.6 thousand individuals, respectively). The working age economic inactivity rate (15 years old or over) was 37.6%.

NOTA INTRODUTÓRIA

Nesta publicação estão reunidas as principais estimativas obtidas a partir do Inquérito ao Emprego realizado durante o 2º trimestre de 2007. Os dados foram calibrados, tendo por referência as estimativas independentes da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001.

O Instituto Nacional de Estatística expressa os seus agradecimentos a todos quantos permitiram a elaboração da presente publicação, nomeadamente às famílias que responderam ao inquérito. Igualmente se agradecem, antecipadamente, quaisquer críticas e sugestões que permitam melhorar futuras edições.

17 de Agosto de 2007

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E ABREVIATURAS

Sinais convencionais

Siglas e abreviaturas

...	Dado confidencial	CAE-Rev. 2.1	Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2.1
o	Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada	CNP-94	Classificação Nacional das Profissões, Versão 1994
x	Dado não disponível	C.V.	Coeficiente de variação
*	Dado rectificado	H	Homens
%	Percentagem	HM	Homens e mulheres
-	Resultado nulo	M	Mulheres
		NS/NR	Não sabe / Não responde
		NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
		Nº	Número
		T	Trimestre
		p.p.	Pontos percentuais
		Unid.	Unidade

ESCLARECIMENTOS AOS UTILIZADORES

Notas gerais:

- Por razões de arredondamento, os totais dos quadros do capítulo 2 podem não corresponder à soma das parcelas.
- Os quadros apresentados no capítulo 2 encontram-se disponíveis, em formato Excel e CSV, em: http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes (seleccionando Estatísticas do Emprego – 2º trimestre de 2007 / Quadros da Publicação). No 4º trimestre de cada ano, são também disponibilizados quadros contendo informação relativa aos últimos anos.

Unidade Orgânica responsável pela realização desta publicação:

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais – Serviço de Estatísticas do Trabalho

1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

1.1. População activa

(Quadros 2 e 3)

Aumento homólogo da população activa feminina, com 35 e mais anos e com maior nível de escolaridade, no 2º trimestre de 2007

A população activa em Portugal no 2º trimestre de 2007, estimada em 5 595,2 mil indivíduos, aumentou 0,2% face ao trimestre homólogo de 2006 (abrangendo 8,8 mil indivíduos) e diminuiu 0,2% face ao trimestre anterior (10,4 mil).

No Gráfico 1, apresenta-se a decomposição do crescimento homólogo da população activa (0,2%) nas suas várias componentes: população empregada e desempregada, sexo, quatro grupos etários e três níveis de escolaridade completos. A sua leitura¹ permite obter uma percepção imediata da parte que cada componente representa naquele crescimento, uma vez que a soma dos contributos das componentes de cada um dos grupos populacionais iguala a variação homóloga da população activa. Por exemplo, a variação homóloga da população activa (0,2%) resulta da soma dos dois contributos seguintes, por sexo – a diminuição da população activa de homens (cujo contributo foi de -0,2 pontos percentuais, p.p.) e o aumento da população activa de mulheres (cujo contributo foi maior, de +0,4 p.p.) – independentemente da taxa de variação homóloga que cada um destes grupos populacionais tenha registado.

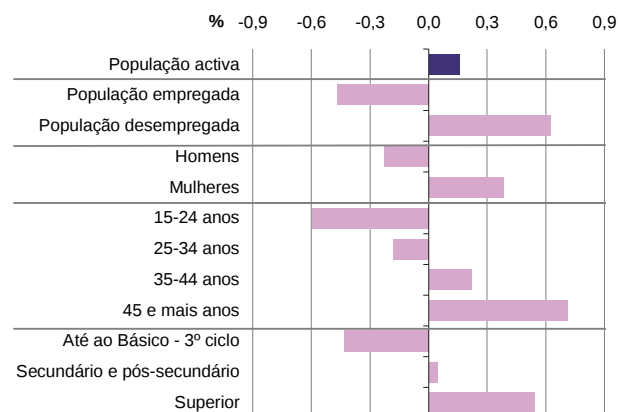
Assim sendo, para o acréscimo homólogo da oferta de mão-de-obra contribuiu, antes de mais, o aumento da população desempregada (que abrangeu 34,9 mil indivíduos), que mais do que compensou o decréscimo registado na população empregada (26,2 mil).

Numa análise por grupo etário, verifica-se que, face ao trimestre homólogo de 2006, o crescimento da população activa foi sustentado exclusivamente pelo aumento da população activa com 35 e mais anos. A população activa jovem (15 a 24 anos) registou um decréscimo de 6,1% (33,3 mil indivíduos), enquanto que a população activa com 35 ou mais anos aumentou num total de 52,0 mil indivíduos.

O número de activos com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário e pós-secundário e ao ensino superior aumentou, face ao trimestre homólogo de 2006, 0,3% e 4,0%, respectivamente (abrangendo 2,5 mil e 30,3 mil indivíduos), enquanto que o número dos que possuem uma qualificação correspondente, no

máximo, ao 3º ciclo do ensino básico diminuiu 0,6% (24,0 mil).

Gráfico 1: Contributos para a taxa de variação homóloga da população activa no 2º trimestre de 2007



A taxa de actividade da população em idade activa (15 e mais anos) foi de 62,4%, no 2º trimestre de 2007. Este valor é ligeiramente inferior aos valores registados no trimestre anterior e no trimestre homólogo de 2006.

A taxa de actividade dos homens em idade activa excedeu a das mulheres em 13,2 p.p.. Por outro lado, a taxa de actividade dos jovens (dos 15 aos 24 anos), que ascendeu a 40,9% no 2º trimestre de 2007, corresponde a menos de metade das taxas dos dois grupos etários seguintes: 25 a 34 anos e 35 a 44 anos.

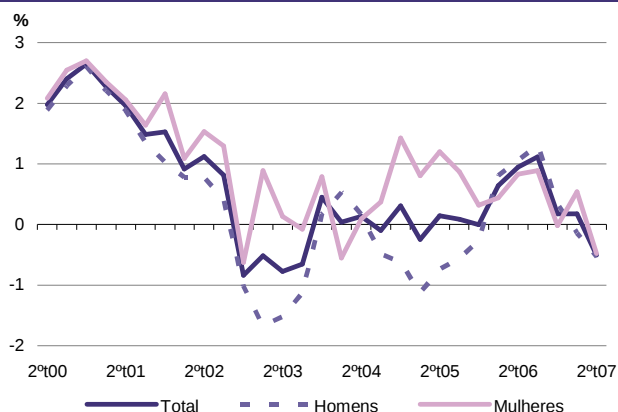
1.2. População empregada

(Quadros 4 a 8)

Indivíduos de ambos os sexos, com idade inferior a 35 anos, com nível de escolaridade básico, em todos os sectores de actividade, a trabalhar por conta de outrem com contrato sem termo e a tempo completo explicam o decréscimo homólogo da população empregada no 2º trimestre de 2007

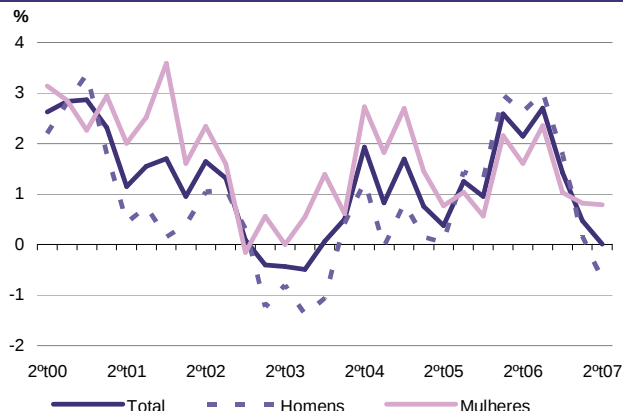
A população empregada, estimada em 5 154,6 mil indivíduos no 2º trimestre de 2007, registou um decréscimo homólogo de 0,5% (26,2 mil indivíduos) e um crescimento trimestral de 0,4% (18,9 mil). O emprego diminuiu 0,5%, em termos homólogos, tanto para as mulheres como para os homens. Face ao trimestre anterior, assistiu-se a um aumento relativo no emprego de ambos os sexos, embora o das mulheres tenha sido superior (de 0,5% contra 0,2%, no caso dos homens).

¹ Consultar o capítulo 4. Conceitos.

Gráfico 2: Taxa de variação homóloga da população empregada por sexo

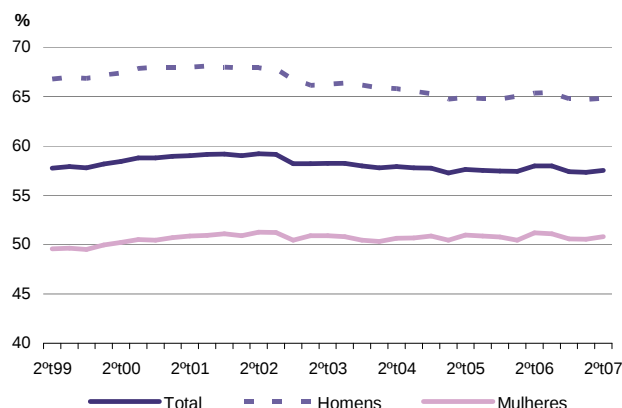
A população empregada por conta de outrem em Portugal era de 3 895,3 mil indivíduos no 2º trimestre de 2007, o que corresponde a três quartos da população empregada total.

Face ao trimestre homólogo de 2006, assistiu-se a uma estabilização do número de trabalhadores por conta de outrem, enquanto que face ao trimestre anterior se assistiu a um acréscimo de 0,3% (correspondendo a 12,1 mil indivíduos). Por sexo, assistiu-se a um acréscimo homólogo de mulheres empregadas por conta de outrem (0,8%, o que corresponde a 14,5 mil indivíduos) e a um decréscimo homólogo de homens naquela situação (de 0,7%, abrangendo 14,3 mil indivíduos).

Gráfico 3: Taxa de variação homóloga da população empregada por conta de outrem por sexo

A taxa de emprego (15 e mais anos) situou-se em 57,5% no 2º trimestre de 2007. Este valor foi inferior, em 0,5 p.p., ao do trimestre homólogo de 2006, mas um pouco superior, em 0,2 p.p., ao do trimestre anterior. Para o decréscimo homólogo do indicador contribuiu o facto da população empregada ter diminuído (0,5%) e a população em idade activa ter aumentado (0,3%). Também a este nível, existe uma discrepância entre as taxas de emprego específicas de cada sexo: a taxa de emprego dos homens

(64,8%), no trimestre em análise, excedeu a das mulheres (50,8%) em 14,0 p.p..

Gráfico 4: Taxa de emprego por sexo

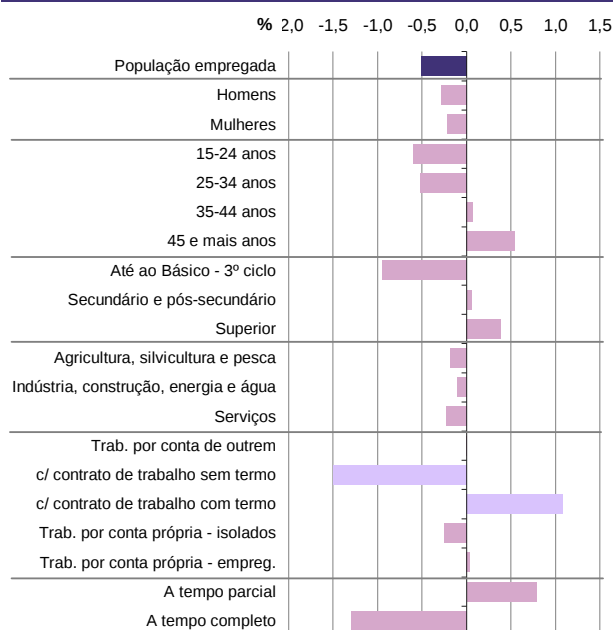
Para a evolução homóloga da população empregada contribuíram essencialmente as seguintes componentes (Gráfico 5):

- População empregada de homens, que diminuiu 0,5% (14,9 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo. O número de mulheres empregadas também diminuiu (0,5%; 11,4 mil), embora o seu contributo para a redução homóloga no emprego tenha sido menor.
- População empregada com idade inferior a 35 anos. O número de empregados jovens (dos 15 aos 24 anos) diminuiu 6,7% (30,9 mil indivíduos) e o de empregados dos 25 aos 34 anos diminuiu 2,0% (27,1 mil). A população empregada dos grupos etários seguintes, pelo contrário, aumentou. Em conjunto, a população empregada com 35 e mais anos aumentou 0,9% (31,8 mil).
- População empregada com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico. Com efeito, o número de empregados com o 3º ciclo do ensino básico completo diminuiu 1,3% (49,0 mil), enquanto que o número de empregados com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário aumentou 0,4% (2,8 mil indivíduos) e o número de empregados com nível de escolaridade superior aumentou 2,8% (20,0 mil).
- População empregada nos serviços, que diminuiu 0,4% (11,6 mil indivíduos). Neste sector, a diminuição do emprego foi explicada pelas reduções que ocorreram na população empregada de quatro ramos de actividade – Administração Pública, defesa e Segurança Social obrigatória (38,4 mil); comércio por grosso e a retalho (17,1 mil); transportes, armazenagem e comunicações (14,5 mil); educação (10,2 mil) – uma vez que o emprego aumentou nas restantes actividades de serviços. Nos sectores da agricultura, silvicultura e pesca e da indústria,

construção, energia e água o emprego também diminuiu (1,5% e 0,3%, respectivamente), embora o contributo destas actividades para a redução global do emprego tenha sido menor.

- Trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores por conta própria como isolados. O número de trabalhadores familiares não remunerados diminuiu 16,9% (abrangendo 15,6 mil indivíduos) e o número de trabalhadores por conta própria como isolados diminuiu 1,4% (12,8 mil). Nas restantes situações na profissão, o número de empregados manteve-se estável ou aumentou ligeiramente. Apesar do número de trabalhadores por conta de outrem se ter mantido relativamente estável, observam-se evoluções distintas de acordo com a situação contratual deste tipo de empregados: o número empregados por conta de outrem possuidores de um contrato sem termo diminuiu 2,5% (77,6 mil); o número indivíduos com contrato com termo aumentou 9,1% (56,0 mil), tal como o de indivíduos noutras situações contratuais (13,0%; 21,8 mil).
- Trabalhadores a tempo completo, cujo número diminuiu 1,5% (67,1 mil indivíduos). Este tipo de trabalho constituiu a fonte exclusiva da diminuição da população empregada, considerando que o número de trabalhadores a tempo parcial aumentou 6,9% (40,8 mil). Do decréscimo no número de trabalhadores a tempo completo, 52,2% eram mulheres. Do acréscimo no número de trabalhadores a tempo parcial, 57,8% também eram mulheres.

Gráfico 5: Contributos para a taxa de variação homóloga da população empregada no 2º trimestre de 2007



O número de indivíduos a trabalhar involuntariamente abaixo da duração normal de trabalho, que se designa por

subemprego visível, registou um acréscimo homólogo de 8,8% (5,5 mil) e trimestral de 3,0% (2,0 mil).

O aumento homólogo no subemprego visível abrangeu apenas homens (9,2 mil), considerando que o número de mulheres nesta situação diminuiu (3,7 mil). O subemprego visível, correspondente a 68,1 mil indivíduos no 2º trimestre de 2007, era composto essencialmente por mulheres (64,6%).

1.3. População desempregada

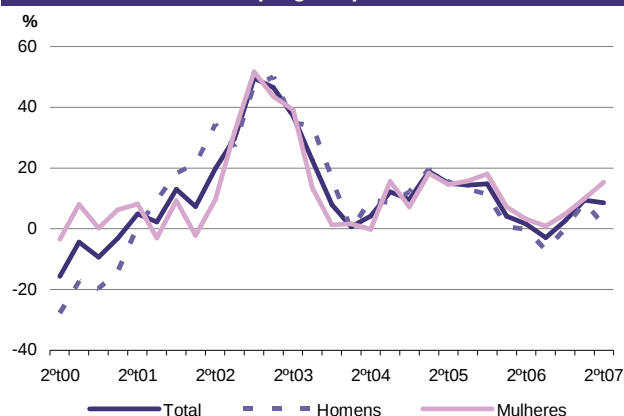
(Quadros 9 a 13)

No 2º trimestre de 2007, o aumento homólogo do desemprego abrangeu quase todos os grupos populacionais, com destaque para as mulheres, os indivíduos com 25 e mais anos, os indivíduos com ensino básico e superior, à procura de novo emprego, provenientes dos serviços e à procura de emprego há menos de um ano

A população desempregada em Portugal, estimada em 440,5 mil indivíduos no 2º trimestre de 2007, verificou um acréscimo homólogo de 8,6% (34,9 mil indivíduos) e uma diminuição trimestral de 6,3% (29,4 mil).

A redução trimestral da população desempregada ocorreu após três subidas consecutivas e ocorreu tanto para os homens (cujo número diminuiu 8,2%, correspondendo a 17,2 mil indivíduos), como para mulheres (4,7%; 12,1 mil).

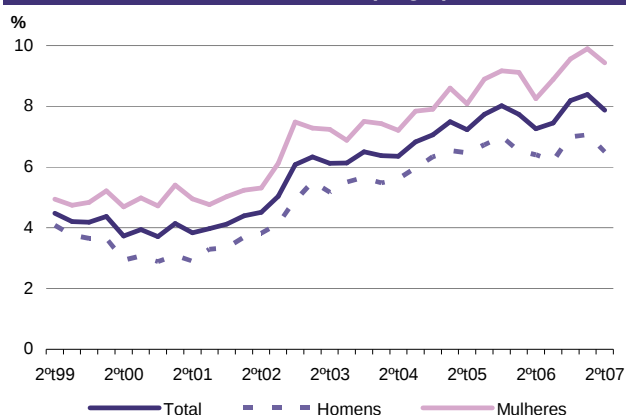
Gráfico 6: Taxa de variação homóloga da população desempregada por sexo



A taxa de desemprego foi de 7,9%, no 2º trimestre de 2007, traduzindo um acréscimo de 0,6 p.p., face ao trimestre homólogo de 2006, e um decréscimo de 0,5 p.p., face ao trimestre anterior. A taxa de desemprego dos homens (6,5%), no trimestre em análise, foi inferior à das mulheres (9,4%) em 2,9 p.p.. Esta discrepância tem-se verificado desde o início da série actual do Inquérito ao Emprego. A taxa de desemprego aumentou em ambos os sexos, face ao trimestre homólogo (0,1 p.p., no caso dos homens, e 1,1 p.p., no caso das mulheres), e diminuiu em

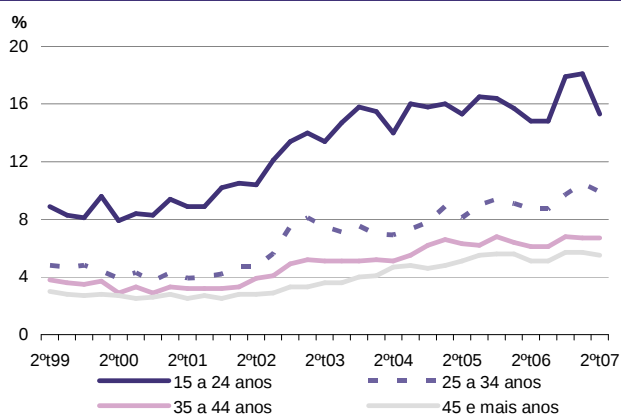
ambos os sexos, face ao trimestre anterior (0,6 p.p. e 0,5 p.p., respectivamente).

Gráfico 7: Taxa de desemprego por sexo



No 2º trimestre de 2007, a taxa de desemprego de jovens (15-24 anos) foi de 15,3%, valor superior ao observado no trimestre homólogo de 2006, em 0,5 p.p., e inferior ao observado no trimestre anterior, em 2,8 p.p.. Aquela taxa é próxima do dobro da taxa de desemprego global. O número de desempregados jovens representava, no 2º trimestre de 2007, 17,6% do total de desempregados. Esta percentagem é inferior à do trimestre anterior (20,3%) e à do trimestre homólogo de 2006 (19,7%).

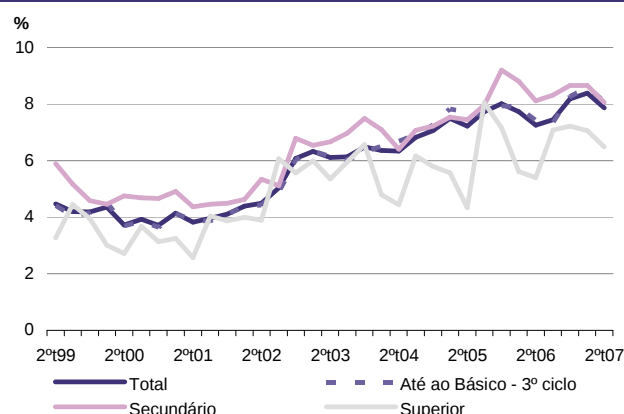
Gráfico 8: Taxa de desemprego por grupo etário



A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico foi de 8,1%, no 2º trimestre de 2007, valor igual ao observado para os indivíduos com ensino secundário e pós-secundário, mas superior ao observado para os indivíduos com ensino superior (6,5%). A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de ensino básico subiu face ao trimestre homólogo de 2006 (0,7 p.p.) e desceu face ao trimestre anterior (0,5 p.p.). A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de ensino secundário e pós-secundário manteve o nível do trimestre homólogo e desceu face ao trimestre anterior (0,6 p.p.). A taxa de desemprego dos indivíduos com ensino superior

aumentou 1,1 p.p., face ao trimestre homólogo, e diminuiu 0,6 p.p., face ao trimestre anterior.

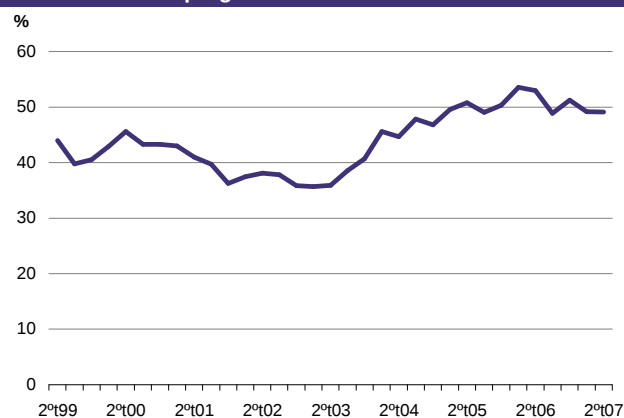
Gráfico 9: Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo



O número de desempregados à procura de emprego há 12 ou mais meses – também conhecido por desemprego de longa duração – aumentou pouco significativamente face ao trimestre homólogo do ano anterior e diminuiu 6,4% (14,9 mil indivíduos) face ao trimestre anterior. O número de desempregados à procura de emprego há menos de um ano aumentou face ao trimestre homólogo (17,2%; 32,4 mil indivíduos) e diminuiu face ao anterior (6,6%; 15,5 mil indivíduos).

Esta evolução contribuiu para explicar a estabilidade, face ao trimestre homólogo, e a redução trimestral na taxa de desemprego de longa duração (medida pela razão entre o número de desempregados à procura de emprego há 12 ou mais meses e a população activa). No 2º trimestre de 2007, o indicador referido registou um valor de 3,9%. A proporção de desempregados à procura de emprego há 12 ou mais meses no total dos desempregados foi estimada em 49,1%.

Gráfico 10: Proporção de desempregados à procura de emprego há 12 ou mais meses



Face ao 2º trimestre de 2006, as classes de duração da procura “1 a 6 meses” e “7 a 11 meses” constituíram a fonte principal do aumento do desemprego, na

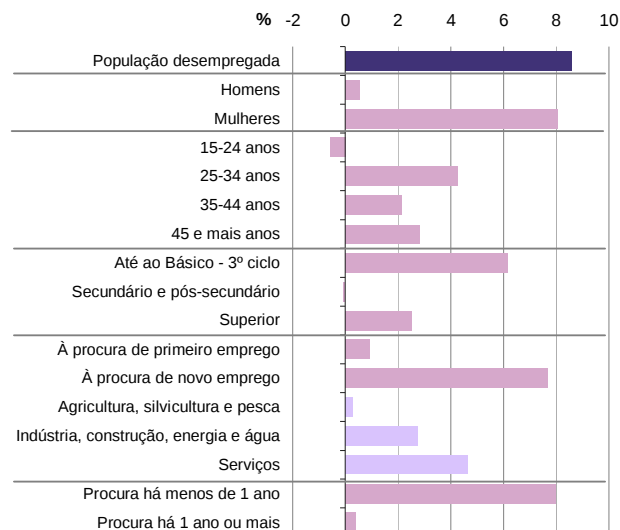
perspectiva da duração da procura, explicando 82,2% daquele aumento.

Para a variação homóloga da população desempregada contribuíram essencialmente as variações nos seguintes agregados (Gráfico 11):

- Desemprego de mulheres, que aumentou 15,3% (32,7 mil indivíduos). O desemprego de homens também aumentou, embora o contributo para o acréscimo global do desemprego tenha sido menor (1,2%; 2,2 mil).
- População desempregada dos 25 aos 34 anos, que aumentou 13,3% (17,2 mil indivíduos). Nos grupos etários seguintes, também se assistiu a um aumento no desemprego, embora menor. Por seu turno, o desemprego de jovens diminuiu 3,0% (2,4 mil).
- População desempregada com, no máximo, nível de escolaridade básico e, com um contributo menor, nível de escolaridade superior. No caso dos indivíduos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao ensino básico (3º ciclo), o desemprego aumentou 8,4% (abrangendo 25,0 mil indivíduos). No caso dos indivíduos com ensino superior, o aumento relativo foi maior (25,1%), mas envolveu um menor número de indivíduos (10,2 mil). Por seu turno, o número de desempregados com um nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário manteve-se relativamente estável.
- Desempregados à procura de novo emprego, cujo número aumentou 8,8% (31,1 mil indivíduos). O número de desempregados à procura de primeiro emprego também aumentou, embora o seu contributo para o aumento global do desemprego tivesse sido mais moderado (3,8 mil). O aumento no número de desempregados à procura de novo emprego teve origem nos três sectores de actividade, embora o aumento no desemprego de indivíduos cuja última actividade pertenceu aos serviços tivesse tido um maior contributo para o aumento no número de desempregados à procura de novo emprego: o aumento homólogo naquele tipo de desemprego foi de 10,3% e abrangeu 18,9 mil indivíduos, o que corresponde a 60,8% do aumento no desemprego à procura de novo emprego e a 54,2% do aumento no desemprego total. O número de desempregados provenientes da indústria, construção, energia e água foi superior, em 6,9%, ao observado no 2º trimestre de 2006 (abrangendo 11,1 mil indivíduos) e o de desempregados provenientes da agricultura, silvicultura e pesca foi ligeiramente superior ao do 2º trimestre de 2006, em termos do número de indivíduos envolvidos.
- Desempregados à procura de emprego há menos de um ano, cujo número aumentou 17,2% (32,4 mil indivíduos). O número de desempregados à procura de emprego há um ano ou mais aumentou menos

(0,7%; 1,5 mil). Importa acrescentar que, numa análise mais fina, o aumento do desemprego de curta duração foi explicado essencialmente pela classe de duração de “1 a 6 meses”. Com efeito, o aumento no desemprego deste tipo abrangeu 20,4 mil indivíduos e explicou 58,5% do aumento do desemprego total.

Gráfico 11: Contributos para a taxa de variação homóloga da população desempregada no 2º trimestre de 2007



A redução trimestral da taxa de desemprego (de 0,5 p.p.) resultou do efeito conjugado da redução da população desempregada (de 6,3%, abrangendo 29,4 mil indivíduos) acompanhado por um aumento moderado da população empregada (de 0,4%, abrangendo 18,9 mil indivíduos).

A diminuição trimestral da população desempregada ocorreu em todos os segmentos populacionais considerados, embora tenha sido explicada essencialmente pelas variações ocorridas nos seguintes grupos: homens; jovens (15 a 24 anos); indivíduos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico; indivíduos à procura de novo emprego provenientes dos serviços; indivíduos desempregados à procura de emprego há menos de 12 meses.

1.4. População inactiva

(Quadro 14)

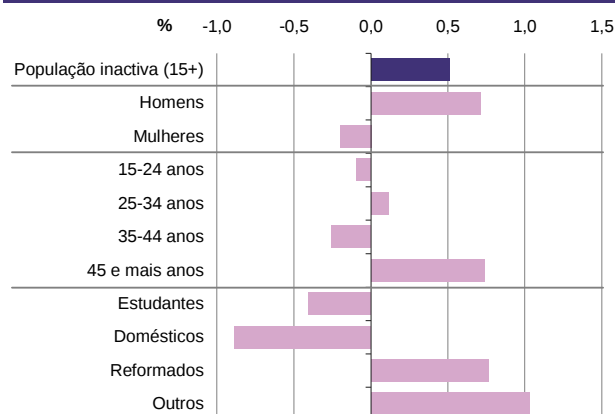
Homens, indivíduos com 45 e mais anos e reformados explicam aumento homólogo no número de inactivos com 15 e mais anos, no 2º trimestre de 2007

A população inactiva em Portugal, no 2º trimestre de 2007, era composta por 5 004,9 mil indivíduos, tendo aumentado 0,2% face ao trimestre homólogo de 2006 (11,7 mil indivíduos) e 0,3% face ao trimestre anterior (14,9 mil).

A população inativa com 15 e mais anos, no 2º trimestre de 2007, era composta por 3 369,2 mil indivíduos (67,3% do total de inativos), o que se traduziu numa taxa de inatividade de 37,6%.

Face ao 2º trimestre de 2006, a população inativa com 15 e mais anos aumentou 0,5% (17,1 mil indivíduos). O número de mulheres inativas diminuiu 0,3% (6,7 mil) e o de homens inativos registou um aumento de 1,8% (23,8 mil). No 2º trimestre de 2007, 60,9% da população inativa com 15 e mais anos eram mulheres.

Gráfico 12: Contributos para a taxa de variação homóloga da população inativa com 15 e mais anos no 2º trimestre de 2007



No 2º trimestre de 2007, o número de indivíduos inativos disponíveis para trabalhar era de 80,3 mil, tendo diminuído 4,2% (3,5 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2006, e aumentado 6,6% (5,0 mil), em relação ao trimestre anterior. O número de inativos disponíveis, no trimestre em análise, representava 2,4% da população inativa com 15 e mais anos e 65,9% eram mulheres.

O número de inativos desencorajados ascendeu a 33,9 mil indivíduos, no 2º trimestre de 2007, tendo mantido o nível do trimestre homólogo e aumentado 4,3% (1,4 mil indivíduos), face ao trimestre anterior. No 2º trimestre de 2007, o número de inativos desencorajados representava 1,0% da população inativa com 15 e mais anos e 72,3% eram mulheres.

57,1% do decréscimo homólogo no número de inativos disponíveis foi explicado pela diminuição de mulheres naquela situação. O decréscimo homólogo no número de inativos desencorajados foi explicado exclusivamente pela diminuição de homens naquela situação.

1.5. Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho

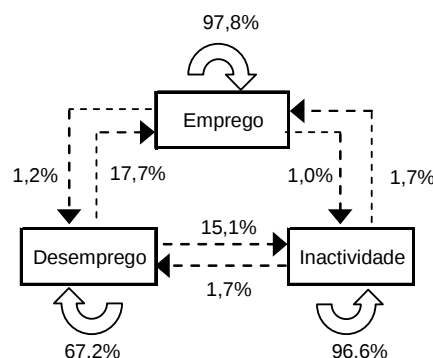
Neste capítulo, apresenta-se uma análise dos fluxos de indivíduos com 15 e mais anos, ocorridos entre o 1º e o 2º trimestre de 2007, entre três estados do mercado de

trabalho que correspondem às diferentes condições perante o trabalho: emprego, desemprego e inatividade. Estes fluxos são estimados tendo por referência as respostas dos indivíduos entrevistados naqueles dois trimestres de 2007, o que corresponde a utilizar 5/6 da amostra do Inquérito ao Emprego comum nos dois trimestres.

Os valores relativos aos fluxos de indivíduos, ocorridos entre dois quaisquer estados, que são apresentados no quadro A e no diagrama, correspondem às proporções de indivíduos que inicialmente se encontravam em cada estado, no 1º trimestre de 2007, que transitaram para outro estado, no 2º trimestre de 2007. Assim sendo, em cada linha do quadro está representada a distribuição, no 2º trimestre de 2007, dos indivíduos que se encontravam em cada um dos estados no 1º trimestre de 2007.

Entre o 1º e o 2º trimestre de 2007, 1,2% dos indivíduos que estavam inicialmente empregados transitaram para o desemprego e uma percentagem inferior (1,0%) transitou para a inatividade, totalizando 2,2% a proporção de empregados que saíram deste estado no 2º trimestre de 2007 (97,8% permaneceram empregados). Entre o 4º trimestre de 2006 e o 1º trimestre de 2007, a percentagem dos que saíram do emprego tinha sido ligeiramente maior (2,3%).

Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)



Quadro A: Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)

1ºt2007	2ºt2007	Emprego	Desemprego	Inatividade	Total 1ºt2007
Total					
Emprego		97,8	1,2	1,0	100
Desemprego		17,7	67,2	15,1	100
Inatividade		1,7	1,7	96,6	100
Total 2ºt2007		57,5	4,9	37,6	100
Homens					
Emprego		98,2	1,1	0,7	100
Desemprego		23,0	65,4	11,6	100
Inatividade		2,1	1,4	96,6	100
Total 2ºt2007		65,0	4,4	30,6	100
Mulheres					
Emprego		97,4	1,3	1,3	100
Desemprego		13,4	68,7	17,9	100
Inatividade		1,5	1,9	96,6	100
Total 2ºt2007		50,5	5,4	44,1	100

As saídas do desemprego entre os dois trimestres foram, em termos relativos, mais intensas do que as saídas do emprego. Do total de indivíduos que se encontravam desempregados no 1º trimestre de 2007, 32,8% saíram dessa situação no trimestre seguinte, sendo que 17,7% se tornaram empregados e 15,1% transitaram para a inatividade. As percentagens dos indivíduos que transitaram do desemprego para o emprego e do desemprego para a inatividade foram maiores do que as que tinham sido observadas nos fluxos do 4º trimestre de 2006 para o 1º trimestre de 2007 (15,1% e 14,1%, respectivamente).

Do total de indivíduos com 15 e mais anos que eram considerados inativos no 1º trimestre de 2007, 1,7% transitaram para o emprego e a mesma percentagem transitou para o desemprego, no trimestre seguinte. A primeira percentagem é superior à que havia sido registada nos fluxos do 4º trimestre de 2006 para o 1º trimestre de 2007 (1,3%), enquanto que a segunda é inferior (2,0%).

As mulheres apresentaram, no período em análise, em relação aos homens, maiores taxas de transição para a inatividade (quer provenientes do emprego, quer do desemprego) e maiores taxas de transição para o desemprego (a partir do emprego ou da inatividade). Os homens, por seu turno, apresentaram maiores taxas de transição para o emprego (quer provenientes do desemprego, quer da inatividade), entre o 1º e o 2º trimestre de 2007.

Quadro B: Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % da população com 15 e mais anos)

	2ºt2007	Emprego	Desemprego	Inatividade	Fluxos de saída
1ºt2007					
Total					
Emprego	55,89		0,69	0,56	1,25
Desemprego	0,94		3,58	0,80	1,75
Inatividade	0,63		0,64	36,27	1,27
Fluxos de entrada	1,58	1,33	1,36		
Homens					
Emprego	63,22		0,71	0,47	1,18
Desemprego	1,15		3,27	0,58	1,73
Inatividade	0,63		0,43	29,55	1,06
Fluxos de entrada	1,78	1,14	1,05		
Mulheres					
Emprego	49,15		0,67	0,64	1,31
Desemprego	0,75		3,86	1,01	1,76
Inatividade	0,64		0,84	42,45	1,47
Fluxos de entrada	1,39	1,50	1,65		

No quadro B apresentam-se os fluxos trimestrais entre os mesmos estados considerados anteriormente, mas em proporção da população em idade activa (população com 15 e mais anos). A imposição de um denominador comum a todas as transições entre estados permite calcular fluxos líquidos entre estados (entradas menos saídas de

cada estado, em percentagem da população em idade activa).

Entre o 1º e o 2º trimestre de 2007, os fluxos do emprego para o desemprego representavam 0,69% da população em idade activa, um pouco superior àquilo que representavam os fluxos do emprego para a inatividade (0,56%), perfazendo um total de 1,25% de saídas do emprego (em percentagem da população em idade activa). As entradas no emprego provenientes do desemprego foram estimadas em 0,94% da população em idade activa e as provenientes da inatividade em 0,63%. Em consequência, entre os dois trimestres assistiu-se a um fluxo líquido positivo do emprego de 0,33%.

O aumento líquido no emprego foi observado em ambos os sexos, tendo sido estimada em 0,60%, no caso dos homens, e em 0,08, no caso das mulheres.

O fluxo líquido do desemprego foi negativo (estimado em 0,42% da população em idade activa), o que resulta do total de entradas (1,33%) ter sido inferior ao total das saídas (1,75%). A importância das entradas no desemprego de indivíduos provenientes do emprego (0,69% da população em idade activa) foi superior à de indivíduos anteriormente inativos (0,64%). As saídas do desemprego com destino ao emprego (0,94%) foram superiores àquelas com destino à inatividade (0,80%).

Entre o 1º e o 2º trimestre de 2007, há ainda a assinalar que o sinal dos fluxos líquidos dos estados do emprego e do desemprego é o mesmo para ambos os sexos. No entanto, tanto o fluxo positivo do emprego, como o fluxo negativo do desemprego foram, em valor absoluto, mais fortes para os homens do que para as mulheres. O fluxo líquido da inatividade foi positivo para as mulheres e quase insignificante (e negativo) para os homens.

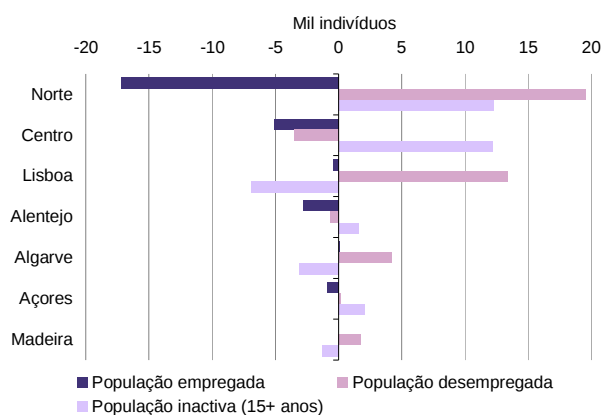
1.6. Regiões NUTS II

(Quadros 15 e 16)

No 2º trimestre de 2007, os maiores acréscimos absolutos homólogos no número de desempregados ocorreu nas regiões NUTS II Norte e Lisboa

O 2º trimestre de 2007 caracterizou-se por um aumento da população activa, face ao trimestre homólogo de 2006, de 0,2% (abrangendo 8,8 mil indivíduos). O aumento da população activa ocorreu em todas as regiões NUTS II de Portugal, com excepção do Centro e do Alentejo, onde esta diminuiu (na Região Autónoma dos Açores a redução foi quase inexistente). O maior aumento absoluto da população activa ocorreu em Lisboa (correspondendo a 13,0 mil indivíduos), região de residência de 25,5% da população activa do país no 2º trimestre de 2007. As duas componentes da população activa, emprego e desemprego, no entanto, evoluíram de forma diferenciada nas sete regiões (Gráfico 13).

Gráfico 13: Variação homóloga da população empregada, desempregada e inactiva com 15 e mais anos por região NUTS II



Na região Norte, o número de empregados diminuiu 1,0% face ao trimestre homólogo (abrangendo 17,2 mil indivíduos), o que constituiu o maior decréscimo absoluto de empregados do país. O número de desempregados aumentou 11,8% (19,6 mil), constituindo também o maior acréscimo absoluto de desempregados do país. A conjugação da evolução destas duas variáveis determinou o aumento na taxa de desemprego da região, de 8,4%, no 2º trimestre de 2006, para 9,4%, no 2º trimestre de 2007. A região Norte continua a ser a região NUTS II a registar a taxa de desemprego mais elevada do país. O número de residentes na região Norte na situação de desemprego, no 2º trimestre de 2007, era de 185,7 mil indivíduos, representando 42,2% do total de desempregados no país, e o de empregados era de 1 791,4 mil indivíduos, o que correspondia a 34,8% da população empregada no país.

No 2º trimestre de 2007, a região Centro registou uma redução na população empregada, de 0,4% (abrangendo 5,1 mil indivíduos), e na população desempregada, de 5,0% (3,5 mil). A taxa de desemprego diminuiu, de 5,1%, no 2º trimestre de 2006, para 4,9%, no 2º trimestre de 2007. Nesta região residiam 25,1% dos empregados do país e 15,1% dos desempregados.

Em Lisboa, a população empregada manteve praticamente o nível do trimestre homólogo de 2006, enquanto que a população desempregada aumentou 11,7% (abrangendo 13,4 mil indivíduos), o segundo maior acréscimo absoluto de desempregados do país a seguir ao do Norte. Em consequência, a taxa de desemprego aumentou, passando de 8,1%, no 2º trimestre de 2006, para 9,0%, no 2º trimestre de 2007. Esta região apresenta, neste trimestre, a segunda maior taxa de desemprego do país, a seguir à do Norte. Em Lisboa residiam 25,2% dos empregados do país e 29,1% dos desempregados.

No Alentejo, a população empregada diminuiu 0,8% (2,8 mil indivíduos), face ao trimestre homólogo de 2006, e a população desempregada diminuiu de forma pouco expressiva (2,1%; 0,7 mil). Em consequência, a taxa de

desemprego desceu ligeiramente, passando de 8,9%, no 2º trimestre de 2006, para 8,8%, no 2º trimestre de 2007.

No Algarve, a população empregada manteve o nível do trimestre homólogo de 2006, enquanto que a população desempregada aumentou 39,3% (abrangendo 4,2 mil indivíduos). A taxa de desemprego passou de 5,0%, no 2º trimestre de 2006, para 6,9%, no 2º trimestre de 2007.

Nestas duas regiões, Alentejo e Algarve, residiam 10,6% dos empregados do país e 10,9% dos desempregados.

Face ao trimestre anterior, o decréscimo na taxa de desemprego do país, de 0,5 p.p., foi acompanhado por decréscimos nas taxas de desemprego de todas as regiões NUTS II, com excepção de Lisboa, onde a taxa de desemprego aumentou 0,2 p.p., e do Algarve, onde se manteve. Os maiores decréscimos na taxa de desemprego do Continente ocorreram no Centro e no Alentejo (1,8 p.p. e 0,7 p.p., respectivamente).

A população inactiva com 15 e mais anos diminuiu, face ao trimestre homólogo de 2006, em Lisboa, no Algarve e na Região Autónoma da Madeira e aumentou nas restantes regiões. Os aumentos que mais se destacaram, em termos absolutos, ocorreram no Norte e no Centro e abrangeram 12,3 mil e 12,2 mil indivíduos, respectivamente.

A taxa de inactividade diminuiu, face ao trimestre homólogo, nas regiões de Lisboa, do Algarve e na Região Autónoma da Madeira, tendo aumentado nas restantes. As maiores taxas de inactividade, no 2º trimestre de 2007, pertenciam à Região Autónoma dos Açores (43,4%) e ao Alentejo (43,2%), enquanto que as menores taxas foram registadas no Centro (33,4%) e no Norte (37,2%).

2. QUADROS DE RESULTADOS

1. População total por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	15
2. População activa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	16
3. Taxa de actividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	17
4. População empregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	18
5. Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	19
6. População empregada por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e sexo	20
7. População empregada por profissão principal (CNP-94), situação na profissão e sexo	21
8. População empregada total e por conta de outrem por regime de duração do trabalho e sexo, população empregada por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho e sexo e subemprego visível por sexo.....	22
9. População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	23
10. Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	24
11. População desempregada por duração da procura de emprego	24
12. Taxas de desemprego por duração da procura de emprego.....	25
13. População desempregada à procura de primeiro emprego e de novo emprego por sector da última actividade (CAE-Rev. 2.1)	25
14. População inactiva	26
15. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva por região NUTS II (NUTS-2002)	27
16. Taxa de actividade, de emprego, de desemprego e de inactividade por região NUTS II (NUTS-2002).....	28

Nota: Estes quadros encontram-se disponíveis, em formato Excel e CSV, em:

http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes (seleccionando Estatísticas do Emprego – 2º trimestre de 2007 / Quadros da Publicação).

1. População total por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População total	HM	10 579,6	10 591,1	10 602,1	10 595,6	10 600,0	-	0,2	o
	H	5 121,8	5 127,7	5 133,2	5 128,8	5 131,0	-	0,2	o
	M	5 457,7	5 463,3	5 468,9	5 466,8	5 469,0	-	0,2	o
População com 15 e mais anos	HM	8 938,5	8 950,9	8 962,9	8 959,2	8 964,3	-	0,3	0,1
	H	4 280,1	4 286,4	4 292,4	4 288,2	4 291,2	-	0,3	0,1
	M	4 658,5	4 664,5	4 670,5	4 671,0	4 673,1	-	0,3	o
Menos de 15 anos	HM	1 641,1	1 640,2	1 639,2	1 636,4	1 635,7	-	-0,3	o
	H	841,8	841,4	840,9	840,6	839,7	-	-0,2	-0,1
	M	799,3	798,8	798,4	795,9	795,9	-	-0,4	-
Dos 15 aos 24 anos	HM	1 278,3	1 269,5	1 260,6	1 253,4	1 241,9	-	-2,8	-0,9
	H	650,9	646,4	641,9	637,9	633,2	-	-2,7	-0,7
	M	627,3	623,1	618,8	615,5	608,8	-	-2,9	-1,1
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 651,7	1 653,5	1 655,2	1 647,5	1 645,5	-	-0,4	-0,1
	H	832,3	833,4	834,5	828,3	828,1	-	-0,5	o
	M	819,3	820,0	820,8	819,2	817,4	-	-0,2	-0,2
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 572,0	1 574,8	1 577,6	1 572,4	1 575,8	-	0,2	0,2
	H	778,9	780,7	782,4	780,3	781,1	-	0,3	0,1
	M	793,1	794,2	795,2	792,1	794,7	-	0,2	0,3
Dos 45 aos 64 anos	HM	2 611,0	2 620,6	2 630,2	2 655,9	2 669,2	-	2,2	0,5
	H	1 253,8	1 258,8	1 263,7	1 277,4	1 283,1	-	2,3	0,4
	M	1 357,2	1 361,8	1 366,5	1 378,5	1 386,1	-	2,1	0,6
Com 65 e mais anos	HM	1 825,7	1 832,5	1 839,2	1 830,0	1 831,9	-	0,3	0,1
	H	764,2	767,1	769,9	764,3	765,8	-	0,2	0,2
	M	1 061,5	1 065,4	1 069,3	1 065,7	1 066,1	-	0,4	o
Dos 15 aos 64 anos	HM	7 112,9	7 118,4	7 123,7	7 129,2	7 132,4	-	0,3	o
	H	3 515,9	3 519,3	3 522,4	3 523,9	3 525,5	-	0,3	o
	M	3 596,9	3 599,1	3 601,3	3 605,3	3 606,9	-	0,3	o
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	6 808,9	6 809,0	6 759,4	6 786,5	6 802,8	0,6	-0,1	0,2
	H	3 328,0	3 324,5	3 301,3	3 319,0	3 323,3	0,7	-0,1	0,1
	M	3 481,0	3 484,5	3 458,1	3 467,6	3 479,5	0,7	o	0,3
Secundário e pós-secundário	HM	1 237,5	1 239,3	1 277,5	1 244,9	1 245,2	1,9	0,6	o
	H	587,7	590,7	609,2	594,8	604,1	2,6	2,8	1,6
	M	649,7	648,6	668,3	650,1	641,1	2,3	-1,3	-1,4
Superior	HM	892,2	902,6	925,9	927,8	916,4	3,6	2,7	-1,2
	H	364,4	371,2	381,9	374,5	363,8	4,7	-0,2	-2,9
	M	527,8	531,4	544,0	553,3	552,6	3,5	4,7	-0,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

2. População activa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População activa	HM	5 586,4	5 604,7	5 601,4	5 605,6	5 595,2	0,5	0,2	-0,2
	H	2 987,6	2 988,9	2 988,6	2 985,3	2 975,0	0,5	-0,4	-0,3
	M	2 598,9	2 615,8	2 612,8	2 620,3	2 620,2	0,7	0,8	0
Dos 15 aos 24 anos	HM	541,5	550,7	538,8	527,2	508,2	1,9	-6,1	-3,6
	H	305,4	302,6	296,4	290,8	279,8	2,3	-8,4	-3,8
	M	236,1	248,2	242,4	236,4	228,4	2,8	-3,3	-3,4
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 481,6	1 484,1	1 480,9	1 482,3	1 471,6	0,6	-0,7	-0,7
	H	772,2	771,0	772,6	771,1	764,7	0,6	-1,0	-0,8
	M	709,4	713,1	708,3	711,2	706,9	1,0	-0,4	-0,6
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 409,6	1 408,4	1 421,7	1 414,6	1 421,9	0,5	0,9	0,5
	H	737,6	737,6	741,3	731,9	737,2	0,6	-0,1	0,7
	M	672,0	670,8	680,4	682,8	684,8	0,9	1,9	0,3
Dos 45 aos 64 anos	HM	1 819,4	1 826,3	1 834,3	1 849,3	1 858,1	0,7	2,1	0,5
	H	977,8	987,4	995,1	1 006,2	1 004,9	0,8	2,8	-0,1
	M	841,6	838,9	839,2	843,1	853,3	1,2	1,4	1,2
Com 65 e mais anos	HM	334,3	335,2	325,8	332,1	335,3	3,4	0,3	1,0
	H	194,5	190,3	183,3	185,3	188,4	3,5	-3,1	1,7
	M	139,8	144,9	142,5	146,8	146,9	4,7	5,1	0,1
Dos 15 aos 64 anos	HM	5 252,1	5 269,5	5 275,6	5 273,5	5 259,9	0,4	0,1	-0,3
	H	2 793,0	2 798,6	2 805,3	2 800,0	2 786,5	0,4	-0,2	-0,5
	M	2 459,1	2 470,9	2 470,3	2 473,5	2 473,3	0,6	0,6	0
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	3 984,9	3 993,0	3 956,2	3 965,6	3 960,9	1,0	-0,6	-0,1
	H	2 253,1	2 254,6	2 236,6	2 240,2	2 236,6	1,1	-0,7	-0,2
	M	1 731,8	1 738,4	1 719,5	1 725,4	1 724,3	1,4	-0,4	-0,1
Secundário e pós-secundário	HM	848,7	849,5	862,8	848,1	851,2	2,3	0,3	0,4
	H	424,2	417,5	425,3	421,5	423,2	3,2	-0,2	0,4
	M	424,6	432,1	437,5	426,6	428,0	2,9	0,8	0,3
Superior	HM	752,8	762,1	782,4	791,9	783,1	3,6	4,0	-1,1
	H	310,3	316,8	326,7	323,6	315,2	4,8	1,6	-2,6
	M	442,5	445,4	455,8	468,3	467,8	3,6	5,7	-0,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

3. Taxa de actividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007		Homóloga	Trimestral
		%						p.p.	
Taxa de actividade	HM	52,8	52,9	52,8	52,9	52,8	0,5	-	-0,1
	H	58,3	58,3	58,2	58,2	58,0	0,5	-0,3	-0,2
	M	47,6	47,9	47,8	47,9	47,9	0,7	0,3	-
Taxa de actividade (15 e mais anos)	HM	62,5	62,6	62,5	62,6	62,4	0,5	-0,1	-0,2
	H	69,8	69,7	69,6	69,6	69,3	0,5	-0,5	-0,3
	M	55,8	56,1	55,9	56,1	56,1	0,7	0,3	-
Dos 15 aos 24 anos	HM	42,4	43,4	42,7	42,1	40,9	1,9	-1,5	-1,2
	H	46,9	46,8	46,2	45,6	44,2	2,3	-2,7	-1,4
	M	37,6	39,8	39,2	38,4	37,5	2,8	-0,1	-0,9
Dos 25 aos 34 anos	HM	89,7	89,8	89,5	90,0	89,4	0,6	-0,3	-0,6
	H	92,8	92,5	92,6	93,1	92,3	0,6	-0,5	-0,8
	M	86,6	87,0	86,3	86,8	86,5	1,0	-0,1	-0,3
Dos 35 aos 44 anos	HM	89,7	89,4	90,1	90,0	90,2	0,5	0,5	0,2
	H	94,7	94,5	94,8	93,8	94,4	0,6	-0,3	0,6
	M	84,7	84,5	85,6	86,2	86,2	0,9	1,5	-
Dos 45 aos 64 anos	HM	69,7	69,7	69,7	69,6	69,6	0,7	-0,1	-
	H	78,0	78,4	78,7	78,8	78,3	0,8	0,3	-0,5
	M	62,0	61,6	61,4	61,2	61,6	1,2	-0,4	0,4
Com 65 e mais anos	HM	18,3	18,3	17,7	18,1	18,3	3,4	-	0,2
	H	25,5	24,8	23,8	24,2	24,6	3,5	-0,9	0,4
	M	13,2	13,6	13,3	13,8	13,8	4,7	0,6	-
Dos 15 aos 64 anos	HM	73,8	74,0	74,1	74,0	73,7	0,4	-0,1	-0,3
	H	79,4	79,5	79,6	79,5	79,0	0,4	-0,4	-0,5
	M	68,4	68,7	68,6	68,6	68,6	0,6	0,2	-
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	58,5	58,6	58,5	58,4	58,2	0,6	-0,3	-0,2
	H	67,7	67,8	67,8	67,5	67,3	0,6	-0,4	-0,2
	M	49,8	49,9	49,7	49,8	49,6	1,0	-0,2	-0,2
Secundário e pós-secundário	HM	68,6	68,5	67,5	68,1	68,4	1,2	-0,2	0,3
	H	72,2	70,7	69,8	70,9	70,0	1,6	-2,2	-0,9
	M	65,3	66,6	65,5	65,6	66,8	1,6	1,5	1,2
Superior	HM	84,4	84,4	84,5	85,4	85,5	0,8	1,1	0,1
	H	85,2	85,3	85,5	86,4	86,6	1,1	1,4	0,2
	M	83,8	83,8	83,8	84,6	84,7	1,1	0,9	0,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

4. População empregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 180,8	5 187,3	5 142,8	5 135,7	5 154,6	0,6	-0,5	0,4
	H	2 796,4	2 803,8	2 779,9	2 774,7	2 781,5	0,6	-0,5	0,2
	M	2 384,5	2 383,5	2 362,9	2 361,0	2 373,1	0,8	-0,5	0,5
Dos 15 aos 24 anos	HM	461,5	459,0	442,6	431,5	430,6	2,1	-6,7	-0,2
	H	262,0	258,1	251,0	244,1	246,1	2,6	-6,1	0,8
	M	199,5	200,9	191,6	187,4	184,6	3,3	-7,5	-1,5
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 352,4	1 352,0	1 337,3	1 326,9	1 325,3	0,9	-2,0	-0,1
	H	719,3	725,1	714,9	709,3	706,6	1,0	-1,8	-0,4
	M	633,1	626,8	622,4	617,6	618,6	1,4	-2,3	0,2
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 323,1	1 323,6	1 325,5	1 319,4	1 326,8	0,7	0,3	0,6
	H	700,3	701,6	701,7	695,3	700,0	0,8	0	0,7
	M	622,8	622,1	623,8	624,1	626,8	1,1	0,6	0,4
Dos 45 aos 64 anos	HM	1 709,6	1 717,7	1 711,9	1 726,4	1 737,2	0,8	1,6	0,6
	H	920,3	928,9	929,1	941,2	940,8	0,9	2,2	0
	M	789,3	788,8	782,8	785,2	796,4	1,3	0,9	1,4
Com 65 e mais anos	HM	334,2	335,0	325,6	331,4	334,7	3,4	0,1	1,0
	H	194,5	190,1	183,2	184,7	188,0	3,5	-3,3	1,8
	M	139,6	144,9	142,4	146,7	146,7	4,7	5,1	-
Dos 15 aos 64 anos	HM	4 846,7	4 852,3	4 817,2	4 804,3	4 819,9	0,5	-0,6	0,3
	H	2 601,8	2 613,7	2 596,7	2 590,0	2 593,5	0,5	-0,3	0,1
	M	2 244,8	2 238,7	2 220,6	2 214,3	2 226,4	0,8	-0,8	0,5
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	3 688,8	3 700,3	3 628,8	3 625,1	3 639,8	1,1	-1,3	0,4
	H	2 106,9	2 116,2	2 080,5	2 079,0	2 086,9	1,1	-0,9	0,4
	M	1 582,0	1 584,1	1 548,3	1 546,1	1 552,9	1,5	-1,8	0,4
Secundário e pós-secundário	HM	779,8	778,9	788,1	774,6	782,6	2,4	0,4	1,0
	H	394,1	387,0	390,0	389,9	396,0	3,4	0,5	1,6
	M	385,7	391,9	398,2	384,7	386,6	3,1	0,2	0,5
Superior	HM	712,2	708,1	725,9	735,9	732,2	3,6	2,8	-0,5
	H	295,4	300,5	309,4	305,7	298,6	4,8	1,1	-2,3
	M	416,8	407,6	416,5	430,2	433,6	3,6	4,0	0,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

5. Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007		Homóloga	Trimestral
		%						p.p.	
Taxa de emprego	HM	58,0	58,0	57,4	57,3	57,5	0,6	-0,5	0,2
(15 e mais anos)	H	65,3	65,4	64,8	64,7	64,8	0,6	-0,5	0,1
	M	51,2	51,1	50,6	50,5	50,8	0,8	-0,4	0,3
Dos 15 aos 24 anos	HM	36,1	36,2	35,1	34,4	34,7	2,1	-1,4	0,3
	H	40,3	39,9	39,1	38,3	38,9	2,6	-1,4	0,6
	M	31,8	32,3	31,0	30,4	30,3	3,3	-1,5	-0,1
Dos 25 aos 34 anos	HM	81,9	81,8	80,8	80,5	80,5	0,9	-1,4	-
	H	86,4	87,0	85,7	85,6	85,3	1,0	-1,1	-0,3
	M	77,3	76,4	75,8	75,4	75,7	1,4	-1,6	0,3
Dos 35 aos 44 anos	HM	84,2	84,0	84,0	83,9	84,2	0,7	-	0,3
	H	89,9	89,9	89,7	89,1	89,6	0,8	-0,3	0,5
	M	78,5	78,3	78,4	78,8	78,9	1,1	0,4	0,1
Dos 45 aos 64 anos	HM	65,5	65,5	65,1	65,0	65,1	0,8	-0,4	0,1
	H	73,4	73,8	73,5	73,7	73,3	0,9	-0,1	-0,4
	M	58,2	57,9	57,3	57,0	57,5	1,3	-0,7	0,5
Com 65 e mais anos	HM	18,3	18,3	17,7	18,1	18,3	3,4	-	0,2
	H	25,5	24,8	23,8	24,2	24,6	3,5	-0,9	0,4
	M	13,2	13,6	13,3	13,8	13,8	4,7	0,6	-
Dos 15 aos 64 anos	HM	68,1	68,2	67,6	67,4	67,6	0,5	-0,5	0,2
	H	74,0	74,3	73,7	73,5	73,6	0,5	-0,4	0,1
	M	62,4	62,2	61,7	61,4	61,7	0,8	-0,7	0,3
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	54,2	54,3	53,7	53,4	53,5	0,8	-0,7	0,1
	H	63,3	63,7	63,0	62,6	62,8	0,7	-0,5	0,2
	M	45,4	45,5	44,8	44,6	44,6	1,2	-0,8	-
Secundário e pós-secundário	HM	63,0	62,8	61,7	62,2	62,9	1,4	-0,1	0,7
	H	67,1	65,5	64,0	65,6	65,5	1,9	-1,6	-0,1
	M	59,4	60,4	59,6	59,2	60,3	2,0	0,9	1,1
Superior	HM	79,8	78,5	78,4	79,3	79,9	1,0	0,1	0,6
	H	81,1	81,0	81,0	81,6	82,1	1,4	1,0	0,5
	M	79,0	76,7	76,6	77,8	78,5	1,3	-0,5	0,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

6. População empregada por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e sexo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 180,8	5 187,3	5 142,8	5 135,7	5 154,6	0,6	-0,5	0,4
	H	2 796,4	2 803,8	2 779,9	2 774,7	2 781,5	0,6	-0,5	0,2
	M	2 384,5	2 383,5	2 362,9	2 361,0	2 373,1	0,8	-0,5	0,5
A a B: Agricultura, silvicultura e pesca	HM	615,0	615,1	588,9	595,4	605,8	3,9	-1,5	1,7
	H	315,1	315,4	301,5	310,2	316,4	4,0	0,4	2,0
	M	299,9	299,7	287,4	285,2	289,4	4,9	-3,5	1,5
C a F: Indústria, construção, energia e água	HM	1 573,7	1 588,4	1 586,0	1 567,9	1 568,3	1,7	-0,3	0
	H	1 125,3	1 132,2	1 145,8	1 132,3	1 126,2	1,7	0,1	-0,5
	M	448,4	456,2	440,2	435,6	442,2	3,4	-1,4	1,5
D: Indústrias transformadoras	HM	976,9	993,8	980,0	959,6	953,8	2,6	-2,4	-0,6
F: Construção	HM	553,9	551,8	558,3	556,7	561,0	3,2	1,3	0,8
G a Q: Serviços	HM	2 992,1	2 983,7	2 968,0	2 972,3	2 980,5	1,1	-0,4	0,3
	H	1 356,0	1 356,1	1 332,6	1 332,1	1 338,9	1,5	-1,3	0,5
	M	1 636,2	1 627,6	1 635,4	1 640,2	1 641,5	1,3	0,3	0,1
G: Comércio por grosso e a retalho	HM	758,8	757,9	743,2	746,5	741,7	2,7	-2,3	-0,6
H: Alojamento e restauração	HM	276,7	280,7	276,1	282,7	281,5	4,5	1,7	-0,4
I: Transportes, armazenagem e comunicações	HM	240,9	245,4	245,2	231,0	226,4	4,5	-6,0	-2,0
J: Actividades financeiras	HM	90,9	91,4	86,6	88,7	94,7	7,5	4,2	6,8
K: Actividades imobiliárias; serviços prestados às empresas	HM	297,0	307,6	298,1	306,8	327,2	4,3	10,2	6,6
L: Administração Pública, defesa e Segurança Social obrigatória	HM	365,4	348,3	335,8	332,9	327,0	4,0	-10,5	-1,8
M: Educação	HM	320,4	313,0	318,7	315,6	310,2	3,7	-3,2	-1,7
N: Saúde e acção social	HM	329,4	324,9	330,0	334,5	337,4	3,6	2,4	0,9
O: Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	HM	159,3	161,3	173,0	165,8	164,1	5,3	3,0	-1,0
P a Q: Outros serviços	HM	153,5	153,3	161,1	167,9	170,3	4,9	10,9	1,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

7. População empregada por profissão principal (CNP-94), situação na profissão e sexo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 180,8	5 187,3	5 142,8	5 135,7	5 154,6	0,6	-0,5	0,4
	H	2 796,4	2 803,8	2 779,9	2 774,7	2 781,5	0,6	-0,5	0,2
	M	2 384,5	2 383,5	2 362,9	2 361,0	2 373,1	0,8	-0,5	0,5
Profissão (CNP-94)									
1: Quadros superiores da Administração Pública, dirig. e quadros superiores de empresa	HM	409,0	397,3	391,5	376,6	360,7	3,8	-11,8	-4,2
	H	275,9	262,7	264,4	258,9	248,5	4,2	-9,9	-4,0
	M	133,0	134,6	127,1	117,7	112,2	5,8	-15,6	-4,7
2: Especialistas das profissões intelectuais e científicas	HM	447,1	446,2	454,4	454,8	435,7	4,5	-2,5	-4,2
	H	187,9	191,7	197,9	194,1	183,8	5,9	-2,2	-5,3
	M	259,2	254,6	256,5	260,7	251,9	4,9	-2,8	-3,4
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	HM	459,8	439,0	458,4	450,4	451,2	3,6	-1,9	0,2
	H	248,1	240,6	253,5	254,4	252,8	4,4	1,9	-0,6
	M	211,7	198,4	205,0	195,9	198,4	4,7	-6,3	1,3
4: Pessoal administrativo e similares	HM	490,0	495,3	483,5	484,8	490,4	3,1	0,1	1,2
	H	187,6	195,9	188,4	183,1	181,7	4,6	-3,1	-0,8
	M	302,4	299,4	295,1	301,6	308,7	3,7	2,1	2,4
5: Pessoal dos serviços e vendedores	HM	741,9	749,8	741,9	746,9	758,6	2,5	2,3	1,6
	H	233,4	238,1	231,0	232,1	243,8	4,5	4,5	5,0
	M	508,5	511,7	510,9	514,8	514,8	2,8	1,2	-
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	HM	567,9	568,2	548,3	554,7	562,4	4,1	-1,0	1,4
	H	289,1	287,5	277,2	286,8	291,3	4,1	0,8	1,6
	M	278,8	280,7	271,1	267,9	271,0	5,0	-2,8	1,2
7: Operários, artífices e trabalhadores similares	HM	1 021,2	1 025,1	998,4	990,8	1 003,6	2,3	-1,7	1,3
	H	802,4	808,7	793,2	779,7	787,8	2,3	-1,8	1,0
	M	218,8	216,4	205,2	211,1	215,8	5,1	-1,4	2,2
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	HM	413,3	409,9	411,0	408,2	406,8	3,4	-1,6	-0,3
	H	337,0	331,6	329,1	335,0	337,3	3,7	0,1	0,7
	M	76,2	78,3	81,9	73,3	69,6	8,4	-8,7	-5,0
9: Trabalhadores não qualificados	HM	600,6	626,3	624,3	637,4	651,6	2,7	8,5	2,2
	H	206,9	220,3	217,5	224,1	226,8	4,4	9,6	1,2
	M	393,7	406,0	406,8	413,3	424,8	3,0	7,9	2,8
0: Forças Armadas	HM	30,2	30,3	31,1	31,1	33,7	14,2	11,6	8,4
Situação na profissão									
Trabalhadores por conta de outrem	HM	3 895,1	3 934,7	3 897,6	3 883,2	3 895,3	0,7	0	0,3
	H	2 068,1	2 094,4	2 074,4	2 058,4	2 053,8	0,8	-0,7	-0,2
	M	1 827,0	1 840,3	1 823,2	1 824,8	1 841,5	1,0	0,8	0,9
Trabalhadores por conta própria como isolados	HM	909,1	890,8	880,1	883,6	896,3	2,6	-1,4	1,4
	H	486,7	480,1	472,1	478,4	492,3	2,8	1,2	2,9
	M	422,4	410,6	408,0	405,2	404,0	3,5	-4,4	-0,3
Trabalhadores por conta própria como empregadores	HM	284,2	275,9	277,4	286,4	286,3	4,2	0,7	0
	H	207,3	199,7	200,2	203,6	205,3	4,4	-1,0	0,8
	M	76,9	76,2	77,3	82,8	81,0	6,6	5,3	-2,2
Trabalhadores familiares não remunerados e outra situação	HM	92,4	86,0	87,7	82,5	76,8	8,1	-16,9	-6,9
	H	34,3	29,5	33,3	34,2	30,3	12,1	-11,7	-11,4
	M	58,1	56,4	54,4	48,3	46,6	9,4	-19,8	-3,5

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

8. População empregada total e por conta de outrem por regime de duração do trabalho e sexo, população empregada por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho e sexo e subemprego visível por sexo

Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População empregada	HM	5 180,8	5 187,3	5 142,8	5 135,7	5 154,6	0,6	-0,5	0,4
	H	2 796,4	2 803,8	2 779,9	2 774,7	2 781,5	0,6	-0,5	0,2
	M	2 384,5	2 383,5	2 362,9	2 361,0	2 373,1	0,8	-0,5	0,5
	A tempo completo	4 591,5	4 608,3	4 547,8	4 517,6	4 524,4	0,6	-1,5	0,2
	H	2 585,5	2 596,7	2 564,9	2 551,3	2 553,4	0,6	-1,2	0,1
	M	2 006,0	2 011,6	1 982,9	1 966,3	1 971,0	0,9	-1,7	0,2
	A tempo parcial	589,4	579,0	595,0	618,1	630,2	2,9	6,9	2,0
	H	210,9	207,1	215,0	223,3	228,1	4,3	8,2	2,1
	M	378,5	371,9	380,0	394,8	402,1	3,2	6,2	1,8
Trabalhadores por conta de outrem	HM	3 895,1	3 934,7	3 897,6	3 883,2	3 895,3	0,7	0	0,3
	H	2 068,1	2 094,4	2 074,4	2 058,4	2 053,8	0,8	-0,7	-0,2
	M	1 827,0	1 840,3	1 823,2	1 824,8	1 841,5	1,0	0,8	0,9
	A tempo completo	3 695,8	3 733,5	3 690,6	3 657,2	3 667,6	0,7	-0,8	0,3
	H	2 023,1	2 048,8	2 026,5	2 008,2	2 004,5	0,8	-0,9	-0,2
	M	1 672,7	1 684,8	1 664,1	1 648,9	1 663,1	1,1	-0,6	0,9
	A tempo parcial	199,3	201,1	207,0	226,0	227,7	4,4	14,2	0,8
	H	45,0	45,6	47,9	50,2	49,2	8,9	9,3	-2,0
	M	154,3	155,5	159,1	175,8	178,4	4,8	15,6	1,5
Tipo de contrato de trabalho									
Sem termo	HM	3 109,1	3 086,2	3 068,9	3 047,7	3 031,5	1,0	-2,5	-0,5
	H	1 675,2	1 661,8	1 653,5	1 625,5	1 607,1	1,2	-4,1	-1,1
	M	1 433,9	1 424,4	1 415,5	1 422,2	1 424,4	1,3	-0,7	0,2
Com termo	HM	617,8	677,9	657,0	646,7	673,8	2,6	9,1	4,2
	H	305,9	342,6	334,2	343,0	353,4	3,5	15,5	3,0
	M	311,9	335,3	322,8	303,8	320,4	3,5	2,7	5,5
Outros	HM	168,1	170,5	171,7	188,7	189,9	6,0	13,0	0,6
	H	86,9	90,0	86,7	89,9	93,2	7,1	7,2	3,7
	M	81,2	80,5	84,9	98,8	96,7	7,5	19,1	-2,1
Subemprego visível	HM	62,6	64,3	68,5	66,1	68,1	8,7	8,8	3,0
	H	14,9	18,1	21,7	21,0	24,1	13,3	61,7	14,8
	M	47,7	46,2	46,9	45,1	44,0	10,2	-7,8	-2,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

9. População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População desempregada	HM	405,6	417,4	458,6	469,9	440,5	3,2	8,6	-6,3
	H	191,2	185,1	208,7	210,6	193,4	4,4	1,2	-8,2
	M	214,4	232,3	249,8	259,2	247,1	4,1	15,3	-4,7
Dos 15 aos 24 anos	HM	80,0	91,7	96,2	95,6	77,6	6,9	-3,0	-18,8
	H	43,4	44,5	45,3	46,6	33,7	10,1	-22,4	-27,7
	M	36,5	47,2	50,9	49,0	43,8	8,7	20,0	-10,6
Dos 25 aos 34 anos	HM	129,2	132,1	143,6	155,4	146,4	5,2	13,3	-5,8
	H	52,9	45,9	57,7	61,8	58,1	8,5	9,8	-6,0
	M	76,2	86,2	85,9	93,6	88,3	6,9	15,9	-5,7
Dos 35 aos 44 anos	HM	86,5	84,8	96,2	95,3	95,1	6,8	9,9	-0,2
	H	37,3	36,0	39,6	36,6	37,2	10,2	-0,3	1,6
	M	49,2	48,7	56,6	58,7	58,0	8,0	17,9	-1,2
Com 45 e mais anos	HM	110,0	108,8	122,6	123,6	121,5	5,4	10,5	-1,7
	H	57,5	58,7	66,1	65,6	64,4	6,5	12,0	-1,8
	M	52,5	50,1	56,5	58,0	57,0	7,7	8,6	-1,7
Dos 15 aos 64 anos	HM	405,4	417,2	458,4	469,2	439,9	3,2	8,5	-6,2
	H	191,2	184,9	208,7	210,0	193,0	4,4	0,9	-8,1
	M	214,3	232,2	249,7	259,2	246,9	4,1	15,2	-4,7
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	296,1	292,8	327,4	340,5	321,1	3,8	8,4	-5,7
	H	146,2	138,4	156,1	161,2	149,6	5,2	2,3	-7,2
	M	149,9	154,3	171,3	179,3	171,4	4,9	14,3	-4,4
Secundário e pós-secundário	HM	68,9	70,6	74,7	73,5	68,6	7,9	-0,4	-6,7
	H	30,0	30,4	35,4	31,6	27,2	12,5	-9,3	-13,9
	M	38,9	40,2	39,3	41,9	41,4	10,1	6,4	-1,2
Superior	HM	40,6	54,0	56,5	55,9	50,8	10,0	25,1	-9,1
	H	14,9	16,2	17,3	17,9	16,6	17,3	11,4	-7,3
	M	25,7	37,8	39,3	38,1	34,2	11,7	33,1	-10,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

10. Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007		Homóloga	Trimestral
		%						p.p.	
Taxa de desemprego	HM	7,3	7,4	8,2	8,4	7,9	3,2	0,6	-0,5
	H	6,4	6,2	7,0	7,1	6,5	4,4	0,1	-0,6
	M	8,3	8,9	9,6	9,9	9,4	4,1	1,1	-0,5
Dos 15 aos 24 anos	HM	14,8	16,6	17,9	18,1	15,3	6,5	0,5	-2,8
	H	14,2	14,7	15,3	16,0	12,1	9,6	-2,1	-3,9
	M	15,5	19,0	21,0	20,7	19,2	8,0	3,7	-1,5
Dos 25 aos 34 anos	HM	8,7	8,9	9,7	10,5	9,9	5,2	1,2	-0,6
	H	6,9	6,0	7,5	8,0	7,6	8,5	0,7	-0,4
	M	10,7	12,1	12,1	13,2	12,5	6,9	1,8	-0,7
Dos 35 aos 44 anos	HM	6,1	6,0	6,8	6,7	6,7	6,8	0,6	-
	H	5,1	4,9	5,3	5,0	5,0	10,2	-0,1	-
	M	7,3	7,3	8,3	8,6	8,5	7,9	1,2	-0,1
Com 45 e mais anos	HM	5,1	5,0	5,7	5,7	5,5	5,4	0,4	-0,2
	H	4,9	5,0	5,6	5,5	5,4	6,5	0,5	-0,1
	M	5,3	5,1	5,8	5,9	5,7	7,7	0,4	-0,2
Dos 15 aos 64 anos	HM	7,7	7,9	8,7	8,9	8,4	3,2	0,7	-0,5
	H	6,8	6,6	7,4	7,5	6,9	4,4	0,1	-0,6
	M	8,7	9,4	10,1	10,5	10,0	4,1	1,3	-0,5
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3º ciclo	HM	7,4	7,3	8,3	8,6	8,1	3,7	0,7	-0,5
	H	6,5	6,1	7,0	7,2	6,7	5,1	0,2	-0,5
	M	8,7	8,9	10,0	10,4	9,9	4,8	1,2	-0,5
Secundário e pós-secundário	HM	8,1	8,3	8,7	8,7	8,1	7,5	-	-0,6
	H	7,1	7,3	8,3	7,5	6,4	12,2	-0,7	-1,1
	M	9,2	9,3	9,0	9,8	9,7	9,7	0,5	-0,1
Superior	HM	5,4	7,1	7,2	7,1	6,5	9,2	1,1	-0,6
	H	4,8	5,1	5,3	5,5	5,3	16,5	0,5	-0,2
	M	5,8	8,5	8,6	8,1	7,3	11,0	1,5	-0,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

11. População desempregada por duração da procura de emprego									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007		Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos						%	
População desempregada	HM	405,6	417,4	458,6	469,9	440,5	3,2	8,6	-6,3
	H	191,2	185,1	208,7	210,6	193,4	4,4	1,2	-8,2
	M	214,4	232,3	249,8	259,2	247,1	4,1	15,3	-4,7
Duração da procura (a):									
Menos de 1 mês	HM	18,7	22,5	27,2	26,3	22,4	13,2	19,8	-14,8
	H	12,3	9,3	12,4	11,2	12,2	18,4	-0,8	8,9
	M	6,4	13,3	14,7	15,1	10,2	17,7	59,4	-32,5
1 a 6 meses	HM	109,4	117,1	139,5	164,3	129,8	6,3	18,6	-21,0
	H	51,8	47,4	54,1	71,3	56,7	8,6	9,5	-20,5
	M	57,6	69,7	85,4	93,0	73,1	7,7	26,9	-21,4
7 a 11 meses	HM	60,6	72,3	54,0	46,0	68,9	7,7	13,7	49,8
	H	26,6	35,7	23,4	19,1	27,4	11,4	3,0	43,5
	M	34,0	36,6	30,7	26,9	41,4	10,2	21,8	53,9
12 a 24 meses	HM	91,1	87,5	95,6	96,3	88,3	7,0	-3,1	-8,3
	H	43,6	41,4	50,8	43,4	41,0	10,4	-6,0	-5,5
	M	47,5	46,1	44,8	52,9	47,3	8,9	-0,4	-10,6
25 e mais meses	HM	123,7	116,7	139,6	134,9	128,0	5,9	3,5	-5,1
	H	55,5	50,5	66,1	64,6	54,7	8,2	-1,4	-15,3
	M	68,2	66,2	73,5	70,3	73,3	7,6	7,5	4,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

Nota: (a) A variável "duração da procura de emprego" não inclui os indivíduos desempregados que já não procuram emprego, por já terem encontrado e o qual vão iniciar nos próximos 3 meses. Por essa razão, a soma do número de desempregados por duração da procura de emprego pode ser menor do que o total de desempregados.

12. Taxas de desemprego por duração da procura de emprego									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
		%					p.p.		
Taxa de desemprego total	HM	7,3	7,4	8,2	8,4	7,9	3,2	0,6	-0,5
	H	6,4	6,2	7,0	7,1	6,5	4,4	0,1	-0,6
	M	8,3	8,9	9,6	9,9	9,4	4,1	1,1	-0,5
Por duração da procura:									
Menos de 1 mês	HM	0,3	0,4	0,5	0,5	0,4	13,2	0,1	-0,1
	H	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	18,4	o	o
	M	0,2	0,5	0,6	0,6	0,4	17,7	0,1	-0,2
1 a 6 meses	HM	2,0	2,1	2,5	2,9	2,3	6,3	0,4	-0,6
	H	1,7	1,6	1,8	2,4	1,9	8,6	0,2	-0,5
	M	2,2	2,7	3,3	3,5	2,8	7,7	0,6	-0,8
7 a 11 meses	HM	1,1	1,3	1,0	0,8	1,2	7,7	0,1	0,4
	H	0,9	1,2	0,8	0,6	0,9	11,4	o	0,3
	M	1,3	1,4	1,2	1,0	1,6	10,2	0,3	0,6
12 a 24 meses	HM	1,6	1,6	1,7	1,7	1,6	7,0	-0,1	-0,1
	H	1,5	1,4	1,7	1,5	1,4	10,4	-0,1	-0,1
	M	1,8	1,8	1,7	2,0	1,8	8,9	o	-0,2
25 e mais meses	HM	2,2	2,1	2,5	2,4	2,3	5,9	0,1	-0,1
	H	1,9	1,7	2,2	2,2	1,8	8,2	o	-0,3
	M	2,6	2,5	2,8	2,7	2,8	7,7	0,2	0,1
Longa duração (12 e mais meses)	HM	3,8	3,6	4,2	4,1	3,9	4,5	o	-0,3
	H	3,3	3,1	3,9	3,6	3,2	6,2	-0,1	-0,4
	M	4,5	4,3	4,5	4,7	4,6	6,0	0,2	-0,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

13. População desempregada à procura de primeiro emprego e de novo emprego por sector da última actividade (CAE-Rev. 2.1)								
Portugal	Valor trimestral					C.V.	Variação	
	2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
	Milhares de indivíduos					%		
População desempregada	405,6	417,4	458,6	469,9	440,5	3,2	8,6	-6,3
À procura de 1º emprego	50,6	66,1	65,0	66,1	54,4	9,7	7,5	-17,7
À procura de novo emprego	355,0	351,3	393,6	403,8	386,1	3,3	8,8	-4,4
Agricultura, silvicultura e pesca	10,8	9,9	11,7	13,4	11,9	24,2	10,2	-11,2
Indústria, construção, energia e água	160,5	155,2	166,8	173,3	171,6	5,1	6,9	-1,0
Serviços	183,7	186,2	215,1	217,1	202,6	4,5	10,3	-6,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

14. População inactiva									
Portugal	Sexo	Valor trimestral					C.V.	Variação	
		2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
		Milhares de indivíduos					%		
População inactiva	HM	4 993,2	4 986,4	5 000,7	4 990,0	5 004,9	0,5	0,2	0,3
	H	2 134,3	2 138,9	2 144,6	2 143,4	2 156,0	0,7	1,0	0,6
	M	2 858,9	2 847,5	2 856,2	2 846,6	2 848,8	0,6	-0,4	0,1
Menos de 15 anos	HM	1 641,1	1 640,2	1 639,2	1 636,4	1 635,7	-	-0,3	0
	H	841,8	841,4	840,9	840,6	839,7	-	-0,2	-0,1
	M	799,3	798,8	798,4	795,9	795,9	-	-0,4	-
Dos 15 aos 24 anos	HM	736,8	718,8	721,8	726,2	733,7	1,3	-0,4	1,0
	H	345,5	343,9	345,5	347,2	353,3	1,8	2,3	1,8
	M	391,3	374,9	376,3	379,0	380,4	1,7	-2,8	0,4
Dos 25 aos 34 anos	HM	170,1	169,4	174,4	165,2	173,9	4,9	2,2	5,3
	H	60,1	62,4	61,9	57,1	63,4	7,8	5,5	11,0
	M	110,0	107,0	112,5	108,0	110,5	6,2	0,5	2,3
Dos 35 aos 44 anos	HM	162,4	166,5	155,9	157,8	153,9	4,9	-5,2	-2,5
	H	41,3	43,1	41,0	48,5	44,0	9,2	6,5	-9,3
	M	121,1	123,4	114,9	109,3	109,9	5,5	-9,2	0,5
Dos 45 aos 64 anos	HM	791,6	794,3	796,0	806,6	811,1	1,7	2,5	0,6
	H	276,1	271,4	268,6	271,2	278,3	2,8	0,8	2,6
	M	515,5	522,9	527,3	535,4	532,8	1,8	3,4	-0,5
Com 65 e mais anos	HM	1 491,3	1 497,2	1 513,4	1 497,9	1 496,6	0,8	0,4	-0,1
	H	569,6	576,8	586,6	579,0	577,4	1,1	1,4	-0,3
	M	921,7	920,4	926,7	918,9	919,3	0,8	-0,3	0
Dos 15 aos 64 anos	HM	1 860,8	1 848,9	1 848,1	1 855,7	1 872,6	1,1	0,6	0,9
	H	722,9	720,7	717,1	723,9	738,9	1,7	2,2	2,1
	M	1 137,9	1 128,2	1 131,0	1 131,8	1 133,6	1,3	-0,4	0,2
População inactiva (15 e mais anos)	HM	3 352,1	3 346,2	3 361,5	3 353,6	3 369,2	0,8	0,5	0,5
	H	1 292,5	1 297,5	1 303,7	1 302,9	1 316,3	1,1	1,8	1,0
	M	2 059,6	2 048,6	2 057,8	2 050,7	2 052,9	0,9	-0,3	0,1
Estudantes	HM	767,1	728,2	740,0	745,0	753,6	1,5	-1,8	1,2
	H	358,5	351,0	353,7	355,1	362,9	2,0	1,2	2,2
	M	408,6	377,2	386,3	389,9	390,7	2,1	-4,4	0,2
Domésticos	HM	589,5	595,2	574,9	566,5	559,8	2,7	-5,0	-1,2
	H	2,7	2,7	2,4	3,5	3,5	27,0	29,6	-
	M	586,8	592,4	572,5	563,0	556,3	2,8	-5,2	-1,2
Reformados	HM	1 656,5	1 657,1	1 690,9	1 678,2	1 682,2	1,1	1,6	0,2
	H	763,5	764,0	779,2	768,8	774,2	1,4	1,4	0,7
	M	892,9	893,1	911,7	909,4	908,0	1,5	1,7	-0,2
Outros inactivos	HM	339,0	365,7	355,7	363,9	373,6	3,3	10,2	2,7
	H	167,8	179,8	168,4	175,5	175,7	4,5	4,7	0,1
	M	171,2	185,9	187,3	188,3	197,9	4,4	15,6	5,1
Inactivos disponíveis	HM	83,8	90,2	86,9	75,3	80,3	7,2	-4,2	6,6
	H	29,0	30,2	32,0	23,6	27,4	12,2	-5,5	16,1
	M	54,9	60,0	54,9	51,8	52,9	8,6	-3,6	2,1
Inactivos desencorajados	HM	34,0	35,9	31,1	32,5	33,9	10,6	-0,3	4,3
	H	11,6	11,7	9,2	8,9	9,4	18,7	-19,0	5,6
	M	22,4	24,2	21,9	23,6	24,5	12,6	9,4	3,8
							%		
							p.p.		
Taxa de inactividade (15 e mais anos)	HM	37,5	37,4	37,5	37,4	37,6	0,8	0,1	0,2
	H	30,2	30,3	30,4	30,4	30,7	1,1	0,5	0,3
	M	44,2	43,9	44,1	43,9	43,9	0,9	-0,3	-

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

15. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva por região NUTS II (NUTS-2002)								
Região NUTS II	Valor trimestral					C.V.	Variação	
	2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
	Milhares de indivíduos					%		
Portugal								
População total (15 e mais anos)	8 938,5	8 950,9	8 962,9	8 959,2	8 964,3	-	0,3	0,1
População activa	5 586,4	5 604,7	5 601,4	5 605,6	5 595,2	0,5	0,2	-0,2
População empregada	5 180,8	5 187,3	5 142,8	5 135,7	5 154,6	0,6	-0,5	0,4
População desempregada	405,6	417,4	458,6	469,9	440,5	3,2	8,6	-6,3
População inactiva (15 e mais anos)	3 352,1	3 346,2	3 361,5	3 353,6	3 369,2	0,8	0,5	0,5
Norte								
População total (15 e mais anos)	3 131,3	3 136,7	3 141,9	3 143,1	3 146,0	-	0,5	0,1
População activa	1 974,7	1 976,7	1 989,9	1 975,2	1 977,1	0,8	0,1	0,1
População empregada	1 808,6	1 809,0	1 796,8	1 788,4	1 791,4	1,0	-1,0	0,2
População desempregada	166,1	167,7	193,1	186,9	185,7	4,6	11,8	-0,6
População inactiva (15 e mais anos)	1 156,6	1 160,0	1 152,0	1 167,9	1 168,9	1,3	1,1	0,1
Centro								
População total (15 e mais anos)	2 042,1	2 044,5	2 046,6	2 045,1	2 045,7	-	0,2	0
População activa	1 370,4	1 369,9	1 359,9	1 378,1	1 361,8	1,3	-0,6	-1,2
População empregada	1 300,6	1 295,0	1 281,0	1 285,6	1 295,5	1,4	-0,4	0,8
População desempregada	69,8	74,9	78,9	92,5	66,3	10,4	-5,0	-28,3
População inactiva (15 e mais anos)	671,7	674,7	686,7	667,0	683,9	2,5	1,8	2,5
Lisboa								
População total (15 e mais anos)	2 349,7	2 352,7	2 355,7	2 354,5	2 356,0	-	0,3	0,1
População activa	1 414,6	1 424,4	1 418,7	1 421,7	1 427,6	0,7	0,9	0,4
População empregada	1 299,6	1 305,2	1 292,5	1 295,9	1 299,2	1,0	0	0,3
População desempregada	115,0	119,2	126,2	125,7	128,4	6,1	11,7	2,1
População inactiva (15 e mais anos)	935,2	928,3	937,0	932,8	928,3	1,1	-0,7	-0,5
Alentejo								
População total (15 e mais anos)	662,4	662,2	662,2	661,0	660,5	-	-0,3	-0,1
População activa	378,8	382,2	379,9	378,8	375,3	1,1	-0,9	-0,9
População empregada	345,2	348,8	344,6	342,7	342,4	1,6	-0,8	-0,1
População desempregada	33,6	33,4	35,3	36,1	32,9	9,6	-2,1	-8,9
População inactiva (15 e mais anos)	283,6	280,0	282,3	282,3	285,2	1,5	0,6	1,0
Algarve								
População total (15 e mais anos)	356,3	357,2	358,1	357,3	357,5	-	0,3	0,1
População activa	212,7	215,5	215,7	214,2	217,0	1,1	2,0	1,3
População empregada	202,0	204,5	202,5	199,4	202,1	1,5	0	1,4
População desempregada	10,7	11,0	13,3	14,8	14,9	13,2	39,3	0,7
População inactiva (15 e mais anos)	143,6	141,7	142,4	143,1	140,5	1,6	-2,2	-1,8
Região Autónoma dos Açores								
População total (15 e mais anos)	195,3	195,7	196,2	196,4	196,7	-	0,7	0,2
População activa	112,0	111,8	112,4	112,3	111,3	1,6	-0,6	-0,9
População empregada	107,8	108,1	107,9	107,0	106,9	1,6	-0,8	-0,1
População desempregada	4,2	3,7	4,5	5,3	4,4	15,3	4,8	-17,0
População inactiva (15 e mais anos)	83,3	83,9	83,8	84,1	85,4	2,1	2,5	1,5
Região Autónoma da Madeira								
População total (15 e mais anos)	201,4	201,8	202,2	201,8	202,0	-	0,3	0,1
População activa	123,2	124,2	124,9	125,4	125,1	1,8	1,5	-0,2
População empregada	117,1	116,7	117,6	116,7	117,1	1,8	-	0,3
População desempregada	6,1	7,5	7,3	8,7	7,9	14,2	29,5	-9,2
População inactiva (15 e mais anos)	78,2	77,6	77,2	76,4	76,9	2,9	-1,7	0,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

16. Taxa de actividade, emprego, desemprego e inactividade por região NUTS II (NUTS-2002)								
Regiões NUTS II	Valor trimestral					C.V.	Variação	
	2ºT-2006	3ºT-2006	4ºT-2006	1ºT-2007	2ºT-2007	2ºT-2007	Homóloga	Trimestral
	%						p.p.	
Portugal								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	62,5	62,6	62,5	62,6	62,4	0,5	-0,1	-0,2
Taxa de emprego (15 e mais anos)	58,0	58,0	57,4	57,3	57,5	0,6	-0,5	0,2
Taxa de desemprego	7,3	7,4	8,2	8,4	7,9	3,2	0,6	-0,5
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	37,5	37,4	37,5	37,4	37,6	0,8	0,1	0,2
Norte								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	63,1	63,0	63,3	62,8	62,8	0,8	-0,3	-
Taxa de emprego (15 e mais anos)	57,8	57,7	57,2	56,9	56,9	1,0	-0,9	-
Taxa de desemprego	8,4	8,5	9,7	9,5	9,4	4,7	1,0	-0,1
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	36,9	37,0	36,7	37,2	37,2	1,3	0,3	-
Centro								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	67,1	67,0	66,4	67,4	66,6	1,3	-0,5	-0,8
Taxa de emprego (15 e mais anos)	63,7	63,3	62,6	62,9	63,3	1,4	-0,4	0,4
Taxa de desemprego	5,1	5,5	5,8	6,7	4,9	10,4	-0,2	-1,8
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	32,9	33,0	33,6	32,6	33,4	2,5	0,5	0,8
Lisboa								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	60,2	60,5	60,2	60,4	60,6	0,7	0,4	0,2
Taxa de emprego (15 e mais anos)	55,3	55,5	54,9	55,0	55,1	1,0	-0,2	0,1
Taxa de desemprego	8,1	8,4	8,9	8,8	9,0	6,1	0,9	0,2
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	39,8	39,5	39,8	39,6	39,4	1,1	-0,4	-0,2
Alentejo								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	57,2	57,7	57,4	57,3	56,8	1,1	-0,4	-0,5
Taxa de emprego (15 e mais anos)	52,1	52,7	52,0	51,8	51,8	1,6	-0,3	-
Taxa de desemprego	8,9	8,7	9,3	9,5	8,8	9,7	-0,1	-0,7
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	42,8	42,3	42,6	42,7	43,2	1,5	0,4	0,5
Algarve								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	59,7	60,3	60,2	59,9	60,7	1,1	1,0	0,8
Taxa de emprego (15 e mais anos)	56,7	57,2	56,5	55,8	56,5	1,5	-0,2	0,7
Taxa de desemprego	5,0	5,1	6,1	6,9	6,9	13,3	1,9	-
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	40,3	39,7	39,8	40,1	39,3	1,6	-1,0	-0,8
Região Autónoma dos Açores								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	57,4	57,1	57,3	57,2	56,6	1,6	-0,8	-0,6
Taxa de emprego (15 e mais anos)	55,2	55,2	55,0	54,5	54,4	1,6	-0,8	-0,1
Taxa de desemprego	3,8	3,3	4,0	4,7	3,9	14,9	0,1	-0,8
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	42,6	42,9	42,7	42,8	43,4	2,1	0,8	0,6
Região Autónoma da Madeira								
Taxa de actividade (15 e mais anos)	61,2	61,6	61,8	62,1	61,9	1,8	0,7	-0,2
Taxa de emprego (15 e mais anos)	58,1	57,8	58,2	57,8	58,0	1,8	-0,1	0,2
Taxa de desemprego	5,0	6,1	5,8	6,9	6,3	13,7	1,3	-0,6
Taxa de inactiv. (15 e mais anos)	38,8	38,4	38,2	37,9	38,1	2,9	-0,7	0,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2007.

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Objectivos

O Inquérito ao Emprego tem por principal objectivo a caracterização da população face ao trabalho. Pretende obter um conjunto de informação que permita, a partir dessa caracterização, analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constitua um ponto de partida para a definição de políticas socio-económicas.

O Inquérito ao Emprego tem por objectivos, designadamente:

- fornecer uma medida directa e comparável internacionalmente das alterações infra-anuais do emprego e do desemprego;
- avaliar, ao longo do ano, determinados fenómenos do mercado de trabalho, tais como o emprego, o desemprego e as horas trabalhadas, entre outros;
- fornecer dados estruturais anuais relacionados com o nível de emprego e desemprego.

Periodicidade

O Inquérito ao Emprego é um inquérito realizado trimestralmente que fornece resultados trimestrais e anuais.

Período de referência

As características observadas no inquérito referem-se fundamentalmente à situação no decorrer de uma semana pré-definida (de Segunda a Domingo), denominada semana de referência. As semanas de referência são repartidas uniformemente pelo trimestre e ano. As entrevistas realizam-se normalmente na semana imediatamente seguinte à semana de referência.

População

O Inquérito ao Emprego é dirigido a residentes em alojamentos familiares no espaço nacional.

Consideram-se residentes no alojamento, os indivíduos que, na semana de referência, vivam nesse alojamento, considerando ser essa a sua residência principal, e ainda os indivíduos que estejam ausentes do alojamento por “períodos curtos de tempo”², não ocupando outro alojamento de forma permanente.

² Não é definido “período curto de tempo” dada a diversidade de situações possíveis; o critério adoptado é o da não ocupação, por parte do indivíduo, de uma outra residência de forma permanente, contribuindo para o orçamento do agregado inquirido e/ou faça despesas a cargo do mesmo e esteja numa das seguintes situações: internado em estabelecimento prisional,

O inquérito é alargado às pessoas a viver em alojamentos colectivos que se consideram ter alguma contribuição, real ou potencial, para o mercado de trabalho, como é o caso dos militares de carreira em quartéis, estudantes em escolas com internato ou em lares. A informação relativa a estas pessoas é recolhida nos alojamentos privados aos quais possam ser associadas, isto é, que aí tenham residência.

São excluídos do âmbito deste inquérito todos os indivíduos a residir noutros alojamentos colectivos (hotéis, pensões e similares, instituições de assistência - asilos, orfanatos e lares de 3ª idade - e instituições religiosas) e indivíduos a viver em alojamentos móveis.

Base de amostragem

A amostra do Inquérito ao Emprego é seleccionada a partir de uma base de amostragem (constituída por um ficheiro de alojamentos familiares) denominada “Amostra-Mãe”, que foi construída a partir dos dados do Recenseamento da População e Habitação de 2001 (Censos 2001).

Unidades de observação

São observados dois tipos de unidade: agregado doméstico privado e indivíduo.

A informação é recolhida para todos os indivíduos pertencentes ao mesmo agregado.

Desenho da amostra

Trata-se de uma amostra do tipo painel com um esquema de rotação no qual os alojamentos permanecem na amostra durante seis trimestres consecutivos. A amostra total está dividida em seis subamostras (rotações) e em cada trimestre cada subamostra é substituída por outra depois de ter sido observada seis vezes.

Para a determinação da dimensão da amostra utilizaram-se os seguintes critérios:

- para cada região NUTS II e para a variável desemprego, desde que a sua representatividade amostral face à população em idade activa seja de pelo menos 5%, o desvio-padrão relativo da média anual não poderá exceder 8% dessa estimativa;

de saúde, de reabilitação, etc., a estudar ou a trabalhar noutra localidade com estadas frequentes no agregado, em viagem.

- para qualquer sub-população amostral cujo efectivo seja pelo menos 5% da população em idade activa³, o desvio-padrão relativo da estimativa da variação entre dois trimestres sucessivos, a nível nacional, não deverá exceder 3% dessa sub-população.

Recolha dos dados

O Inquérito ao Emprego é um inquérito por recolha directa. A informação é obtida através de entrevista directa ao indivíduo em questão ou a outro membro do agregado se o próprio não estiver presente e algum dos membros do agregado presentes for considerado apto a responder por ele.

A recolha da informação é feita através de entrevista assistida por computador (sistema CAPI - *Computer Assisted Personal Interviewing*).

Resultados

A protecção do segredo estatístico é assegurada através da supressão da identificação pessoal dos registos individuais, na fase de processamento da informação.

A extrapolação dos resultados é feita a partir de sistemas de ponderadores regionais, determinados a partir de estimativas independentes da população. Estes ponderadores são função das seguintes variáveis: região NUTS II por sexo e grupos etários quinquenais e ainda região NUTS III (ou agregações) por sexo ou grandes grupos etários.

É possível o apuramento de qualquer uma das variáveis observadas, de acordo com as especificações pretendidas e respeitando a qualidade da informação, atendendo aos erros de amostragem que lhe estejam associados.

O INE pode ainda disponibilizar outro tipo de informação ou outro tipo de desagregação das variáveis, mediante pedido específico, desde que os erros de amostragem estejam dentro de valores aceitáveis e desde que a informação se enquadre no quadro conceptual e metodológico do inquérito.

Erros de amostragem

O objectivo de um inquérito por amostragem é o de generalizar a informação obtida numa amostra (fracção reduzida da população) ao universo em análise, através de métodos que assegurem resultados para a população muito próximos da realidade.

Às estimativas obtidas associa-se uma margem de erro relativamente aos verdadeiros valores que se obteriam numa inquirição a toda a população, apresentada sob a forma de coeficiente de variação.

³ Considera-se "em idade activa" os indivíduos que tiverem idade igual ou superior a 15 anos.

A partir da estimativa e do respectivo coeficiente de variação podem-se construir intervalos de confiança, os quais contêm o verdadeiro valor do parâmetro ou característica com uma certa probabilidade (geralmente 67%, 95% ou 99%), devendo para isso utilizar-se as seguintes expressões:

- Intervalo de confiança de 67% =
estimativa $\pm 1 \times$ coeficiente de variação $\times$ estimativa
- Intervalo de confiança de 95% =
estimativa $\pm 1,96 \times$ coeficiente de variação $\times$ estimativa
- Intervalo de confiança de 99% =
estimativa $\pm 2,33 \times$ coeficiente de variação $\times$ estimativa

Por exemplo, para determinar os intervalos de confiança para a variável população activa tendo em atenção o valor estimado de 5 605,6 milhares e o coeficiente de variação associado de 0,5%, deverá proceder-se da seguinte forma:

Intervalo de Confiança a 67%

Limite Inferior =

$$\text{estimativa} - 1 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 - 1 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,579,8.$$

Limite superior =

$$\text{estimativa} + 1 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 + 1 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,631,4.$$

Intervalo de Confiança a 95%

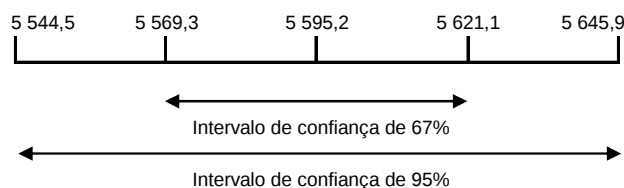
Limite Inferior =

$$\text{estimativa} - 1,96 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 - 1,96 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,555,0.$$

Limite superior =

$$\text{estimativa} + 1,96 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 + 1,96 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,665,2.$$

No seguinte diagrama podemos observar os dois intervalos de confiança calculados anteriormente. O diagrama ilustra a forma como o intervalo aumenta de acordo com a probabilidade deste conter o verdadeiro valor da população.



No Quadro C apresentam-se os valores dos coeficientes de variação, para as principais variáveis, e os intervalos de confiança respectivos.

Quadro C: Precisão de alguns resultados
2º trimestre 2007

Variáveis	Estimativa (milhares)	C.V. (%)	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
População activa	5 595,2	0,5	5 544,5	5 645,9
População empregada	5 154,6	0,6	5 098,2	5 211,0
Agricultura, silvicultura e pesca	605,8	3,9	559,1	652,5
Indústria, construção, energia e água	1 568,3	1,7	1 514,9	1 621,7
Serviços	2 980,5	1,1	2 914,6	3 046,4
População desempregada	440,5	3,2	412,9	468,1
Procura 1º emprego	54,4	9,7	44,1	64,7
Procura novo emprego	386,1	3,3	361,1	411,1
População inactiva	5 004,9	0,5	4 954,2	5 055,6

Classificações

Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, Versão de 2002, estabelecida pelo decreto-lei nº. 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003 (NUTS-2002).

- Nível II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

CAE-Rev.2.1 – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2.1.

CNP-94 – Classificação Nacional das Profissões, Versão 1994.

4. CONCEITOS

Desempregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como **diligências**:

- contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- contacto com empregadores;
- contactos pessoais ou com associações sindicais;
- colocação, resposta ou análise de anúncios;
- procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- realização de provas ou entrevistas para selecção;
- solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de **disponibilidade** para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- no desejo de trabalhar;
- na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar numa data posterior à do período de referência (nos próximos três meses).

Desempregado à procura de novo emprego: indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura de primeiro emprego: indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração: indivíduo desempregado à procura de emprego há 12 ou mais meses.

Empregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- tinha efectuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego;
- tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica;
- estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Inactivo desencorajado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- pretendia trabalhar;
- estava ou não disponível para trabalhar, num trabalho remunerado ou não;
- não fez diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar trabalho, com os seguintes motivos para o desencorajamento: considerou não ter idade apropriada, considerou não ter instrução suficiente, não soube como procurar, achou que não valia a pena procurar ou achou que não havia empregos disponíveis.

Inactivo disponível: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- pretendia trabalhar;
- estava disponível para trabalhar, num trabalho remunerado ou não;
- não fez diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar trabalho.

Nível de escolaridade completo: refere-se ao nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu, em termos de níveis e graus do sistema formal de ensino, isto

é, do ensino básico, secundário e superior, e obteve o respectivo certificado ou diploma.

População activa: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População inactiva: conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório.

Situação na profissão: relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

Subemprego visível: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tinham um trabalho com duração habitual de trabalho inferior à duração normal do posto de trabalho e que declararam pretender trabalhar mais horas.

Taxa de actividade: taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população.

$$T.A. (\%) = (\text{População activa} / \text{População total}) \times 100$$

Taxa de actividade (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

$$T.A. (\%) = (\text{Pop. activa} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de desemprego: taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população activa.

$$T.D. (\%) = (\text{População desempregada} / \text{População activa}) \times 100$$

Taxa de desemprego de longa duração: taxa que permite definir o peso da população desempregada há 12 ou mais meses sobre o total da população activa.

$$T.D. (\%) = (\text{População desempregada há 12 ou mais meses} / \text{População activa}) \times 100$$

Taxa de emprego (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade).

$$T.E. (\%) = (\text{Pop. empregada} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de inactividade (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população inactiva em idade activa (com 15 e mais anos de idade) e a população total em idade activa.

$$T.I. (\%) = (\text{Pop. Inactiva com 15 e mais anos} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de variação anual: a variação anual compara o nível médio da variável dos quatro trimestres do último ano com o dos quatro trimestres do ano imediatamente anterior. Por ser uma média, esta taxa de variação é menos sensível a alterações esporádicas na variável.

Taxa de variação homóloga: a variação homóloga compara o nível da variável entre o trimestre corrente e o mesmo trimestre do ano anterior. Esta taxa de variação, perante um padrão estável de sazonalidade, não é afectada por oscilações desta natureza podendo, no entanto, ser influenciada por efeitos localizados num trimestre específico.

Taxa de variação trimestral: a variação trimestral compara o nível da variável entre dois trimestres consecutivos. Embora seja um indicador que permite um acompanhamento corrente do andamento da variável, o cálculo desta taxa de variação é particularmente influenciado por efeitos de natureza sazonal e outros mais específicos localizados num (ou em ambos) dos trimestres comparados.

Trabalhador a tempo completo: trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial: trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo: indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: 1) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; 2) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente: indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado: indivíduo que exerce uma actividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador por conta de outrem: indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria: indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como isolado: indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para trabalhar(em) com ele. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador por conta própria como empregador: indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Nota relativa aos gráficos 1, 5, 11 e 12: A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional (população activa, empregada, desempregada ou inactiva) no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por

$$[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100 \text{ e } [(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100,$$

em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. No exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa.

5. OUTRA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

População total

1. População com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo, por grupo etário e sexo
2. População com 15 e mais anos segundo a condição perante o trabalho, por principal fonte de rendimento
3. População com 15 e mais anos segundo a auto-classificação em termos de ocupação, por condição perante o trabalho
4. População com 15 e mais anos segundo a condição perante o trabalho um ano antes, por condição perante o trabalho actual

População empregada

5. População empregada por actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e sexo
6. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por situação na profissão principal e sexo
7. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por tipo de duração do trabalho e sexo.
8. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por antiguidade no emprego actual
9. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por tipo de horário de trabalho e sexo
10. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por duração semanal habitual do trabalho e sexo
11. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por experiência anterior de trabalho e sexo
12. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por nível de escolaridade completo e sexo
13. População empregada com experiência anterior de trabalho segundo o sector da última actividade principal, por sector de actividade principal actual (CAE-Rev. 2.1) e sexo
14. População empregada segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por exercício de actividade secundária e sexo
15. População empregada com actividade secundária segundo o sector de actividade secundária, por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1)
16. População empregada segundo o sector de actividade principal um ano antes, por sector de actividade principal actual (CAE-Rev. 2.1)
17. População empregada segundo a situação na profissão principal, por profissão principal (CNP-94)
18. População empregada segundo a situação na profissão principal, por nível de escolaridade completo e sexo
19. População empregada segundo a situação na profissão principal um ano antes, por situação na profissão principal actual e sexo
20. Trabalhadores por conta de outrem segundo o sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1), por tipo de contrato de trabalho e sexo
21. Trabalhadores por conta de outrem por profissão principal (CNP-94) e sexo
22. Trabalhadores por conta de outrem por actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e sexo
23. Trabalhadores por conta de outrem segundo o tipo de contrato de trabalho um ano antes, por tipo de contrato de trabalho actual

População desempregada

- 24. População desempregada por tipo de desemprego, duração da procura de emprego e sexo
- 25. População desempregada por diligências feitas para encontrar trabalho
- 26. População desempregada à procura de novo emprego por situação na profissão anterior e sexo
- 27. População desempregada à procura de novo emprego por sector da actividade anterior (CAE-Rev. 2.1) e sexo

Regiões NUTS II

- 28. População total segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por grupo etário e sexo
- 29. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sexo
- 30. População total, activa, empregada, desempregada e inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por grupo etário
- 31. População activa segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por nível de escolaridade completo
- 32. População inactiva segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por categoria de inactividade
- 33. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por actividade principal (CAE-Rev. 2.1)
- 34. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por profissão principal (CNP-94)
- 35. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por situação na profissão principal
- 36. Trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1) e escalão de rendimento salarial mensal líquido
- 37. Rendimento salarial médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sector de actividade principal (CAE-Rev. 2.1)
- 38. População desempregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por tipo de desemprego e duração da procura de emprego
- 39. Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por sexo
- 40. Taxa de actividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inactividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS-2002), por grupo etário

Nota: Estes quadros encontram-se exclusivamente disponíveis, em formato Excel e CSV, em:

http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes (seleccionando Estatísticas do Emprego – 2º trimestre de 2007 / Quadros da Publicação).

6. TEMA EM ANÁLISE

A medida dos salários a partir do Inquérito ao Emprego

Sónia Torres * – Instituto Nacional de Estatística

1. Introdução

História resumida das estatísticas dos salários no Instituto Nacional de Estatística

O mercado de trabalho, como qualquer outro mercado, envolve quantidades (e.g.: número de empregados, de desempregados e de horas trabalhadas) e preços (salários e compensações de vários tipos). O principal objectivo do *Inquérito ao Emprego* é dar resposta, essencialmente, à necessidade de uma melhor caracterização das quantidades, na perspectiva da oferta de trabalho por parte dos indivíduos. Desde os anos oitenta, no entanto, o questionário do *Inquérito ao Emprego* passou a incluir também questões sobre os rendimentos do trabalho.

As estatísticas sobre salários têm uma longa tradição no Instituto Nacional de Estatística. Desde a sua fundação, nos anos trinta, que têm vindo a ser publicadas regularmente estatísticas sobre salários no *Anuário Estatístico* e no *Boletim Mensal de Estatística*, ainda que muito agregadas.

Nos anos setenta e oitenta, para dispor de mais informação sobre a despesa com o emprego de mão-de-obra, indispensável para definir políticas de rendimentos e de trabalho, ao nível interno, e para dar resposta às solicitações internacionais, no plano externo, o Instituto Nacional de Estatística lançou o *Inquérito ao Custo da Mão-de-Obra* e o *Inquérito aos Ganhos*, publicando regularmente (anual e semestralmente) os seus resultados, de 1980 a 1988. Ambos os inquéritos eram dirigidos às empresas e não aos membros dos agregados familiares, como no *Inquérito ao Emprego*.

A partir de 1989, o Instituto Nacional de Estatística delegou no então Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e Segurança Social a execução dos *Inquéritos de Ganhos* (ao abrigo da portaria nº 380/88 de 25 de Maio). Uns anos depois, o Instituto Nacional de Estatística passou a produzir o *Índice do Custo do Trabalho*, de periodicidade trimestral, por recomendação do Eurostat. Os primeiros resultados desta operação estatística reportam ao 1º trimestre de 1996, dos quais se pode extrair informação sobre a evolução dos custos do trabalho, na perspectiva das empresas, por sectores de actividade, grupos profissionais e regiões NUTS II.

* As opiniões expressas no *Tema em análise* são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Instituto Nacional de Estatística.

A partir do 2º trimestre de 1983, com o início da primeira série do *Inquérito ao Emprego*⁴ (que durou até ao 4º trimestre de 1991), o questionário passou a incluir uma pergunta sobre o “salário líquido mensal na actividade principal”. Tratava-se de uma pergunta fechada incluindo, nas opções de resposta, treze escalões de montantes pré-definidos. Os indivíduos que respondiam a esta questão eram todos os que haviam sido classificados como empregados por conta de outrem⁵. Esta questão viria a permitir o cruzamento dos salários dos indivíduos com outras variáveis que permitiam descrever o mercado de trabalho na perspectiva da oferta de trabalho, obtidas a partir do *Inquérito ao Emprego*. Recorde-se que os inquéritos anteriores eram, ao contrário deste, dirigidos às empresas.

Fruto de circunstâncias várias, tanto os critérios de elegibilidade para responder a estas questões, como a formulação das perguntas, foram registando algumas alterações (embora poucas) ao longo do tempo. Por exemplo, nos anos subsequentes, foram acrescentadas questões relativas a outro tipo de ganhos e passou-se de uma questão fechada para uma questão aberta⁶.

Na série de dados que se seguiu (do 1º trimestre de 1992 ao 4º trimestre de 1997), a pergunta sobre o rendimento do trabalho era a mesma e era respondida pelos indivíduos nas mesmas condições (empregados por conta de outrem), mas agora com 14 ou mais anos, em virtude de ter aumentado a idade mínima de referência da população activa.

Na terceira série de dados do *Inquérito ao Emprego* (iniciada no 1º trimestre de 1998 e ainda em vigor), o questionário passou a integrar um capítulo inteiro dedicado aos “rendimentos”, incluindo as seguintes perguntas:

Para os empregados⁷ a trabalhar por conta de outrem:

⁴ A série de dados anterior, do 1º semestre de 1974 até ao 2º semestre de 1982, tomou a designação de *Inquérito Permanente ao Emprego* e o questionário não incluía qualquer pergunta sobre rendimentos.

⁵ Nesta série de dados, a idade mínima para um indivíduo poder ser classificado como activo (empregado ou desempregado) era de 12 anos.

⁶ Numa pergunta fechada, as alternativas de resposta são fornecidas ao entrevistado, sendo que o número de alternativas é limitado e o entrevistado deverá optar por uma delas, por não responder ou, ainda, declarar que “não sabe”. Numa pergunta aberta, o entrevistado dá a sua resposta livremente, a qual é transcrita pelo entrevistador.

⁷ Nesta série de dados, a idade mínima para um indivíduo poder ser classificado como activo (empregado ou desempregado) é de 15 anos.

- “Indique o montante mensal líquido dos ganhos salariais na actividade principal”.

No 1º trimestre de 2004, foi acrescentada uma pergunta com vista a captar as respostas dos indivíduos que não eram capazes de fornecer como resposta um valor exacto para a pergunta anterior:

“E nesta tabela, em que escalão diria que se situa o montante mensal líquido dos seus ganhos salariais?” (tabela com 8 escalões de rendimento)

- “Indique o montante líquido de outros rendimentos do trabalho (actividade principal) de periodicidade superior a mensal, recebidos nos últimos 12 meses”.
- “Com que frequência recebe a sua remuneração?” (mês; semana; quinzena; dia; hora; peça; tarefa ou prestação de serviço)

Para os empregados a trabalhar por conta própria:

- “Indique uma estimativa do rendimento líquido mensal proveniente da actividade independente como actividade principal”.

Esta pergunta deixou de integrar o questionário desde o 1º trimestre de 2001 por se considerar que as estimativas obtidas comportavam erros de medida assinaláveis.

Para os indivíduos com 15 ou mais anos que declararam estar à procura de emprego (ou à espera dos resultados de diligências anteriores) e estar a receber subsídio de desemprego:

- “Indique o montante mensal líquido do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego”.
- “Indique o montante de outros rendimentos adicionais provenientes de subsídios relacionados com o desemprego de periodicidade não mensal”.

Estas duas perguntas deixaram de integrar o questionário desde o 1º trimestre de 2004.

Por fim, para os indivíduos com 15 ou mais anos que declaram estar a receber uma pensão:

- “Indique o montante mensal líquido das pensões”.
- Esta pergunta deixou de integrar o questionário desde o 1º trimestre de 2004.

O que medem os rendimentos salariais apurados pelo Inquérito ao Emprego?

Os rendimentos salariais apurados a partir de qualquer uma das séries do *Inquérito ao Emprego* reportam a rendimentos mensais, líquidos (deduzidos os impostos e as contribuições para a Segurança Social) e são relativos à actividade principal dos indivíduos empregados por conta de outrem (com excepção do período do 1º trimestre de 1998 até ao 4º trimestre de 2000, durante o qual também era possível obter rendimentos para os empregados por conta própria). A idade mínima de

referência da população activa e, consequentemente, dos indivíduos que respondem às questões sobre salários, varia ao longo das três séries de dados: 12, 14 e 15 e mais anos, respectivamente na 1ª, na 2ª e na 3ª série.

Os rendimentos referidos incluem as horas extraordinárias regulares, as comissões e as gorjetas, mas excluem os rendimentos provenientes de investimentos (acções, poupanças, participações, etc.). Para garantir uma maior comparabilidade, os rendimentos reportam sempre, para cada indivíduo, ao mês anterior à semana de referência que lhe foi atribuída para as suas respostas.

Os outros rendimentos do trabalho, ainda da actividade principal mas de periodicidade superior a mensal, incluem todos os pagamentos irregulares recebidos no ano: 13º e 14º meses, pagamentos de férias, partilha de lucros, bónus, prémios de compensações de seguros de doença, e outros benefícios na margem.

Vantagens e inconvenientes da utilização de estatísticas sobre rendimentos do trabalho a partir do Inquérito ao Emprego

O *Inquérito ao Emprego*, contendo um conjunto alargado de questões sobre a situação sócio-demográfica (sexo, idade, região de residência e nível de escolaridade, entre outras) e profissional dos indivíduos (caracterização da situação na actividade principal e secundária, actual e um ano antes, segundo uma multiplicidade de critérios, dos quais se destacam: a situação na profissão, o tipo de contrato, a profissão, o ramo de actividade e o número de horas trabalhadas), permite apurar os rendimentos auferidos por grupos de indivíduos definidos de acordo com a classificação em uma ou mais destas categorias.

Acresce que, ao contrário de outras fontes de salários existentes em Portugal, o âmbito do *Inquérito ao Emprego* abrange todas actividades económicas e profissões.

No entanto, a utilização desta fonte para aquele tipo de dados comporta habitualmente dois problemas (também existentes noutros países com inquéritos semelhantes):

- o *Inquérito ao Emprego* é um inquérito por amostragem e, como tal, algumas desagregações muito detalhadas podem ter associados coeficientes de variação elevados;
- tende a existir uma percentagem não negligenciável de não respostas (indivíduos que não querem ou que não sabem responder), o que pode enviesar a estimativa do valor central (rendimentos médios) no caso das não respostas não serem aleatórias. Por exemplo, em média, na série iniciada no 1º trimestre de 1998, a taxa de não respostas foi de 22,4% do total de indivíduos inquiridos, para as questões relacionadas com os rendimentos.

2. Análise de alguns dados para Portugal

2.1. Os valores médios dos rendimentos salariais mensais líquidos em Portugal

Em 2006, em média, o rendimento salarial mensal líquido em Portugal, de um trabalhador por conta de outrem, era de 712 euros. Esta média, contudo, omite diferenças substanciais entre grupos populacionais (Quadro 1; Gráfico 1).

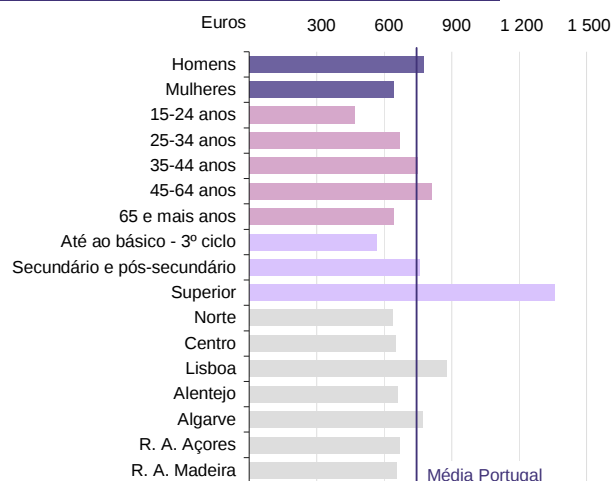
Considerando apenas a distinção por sexo, verifica-se que a média do rendimento salarial mensal líquido de um homem excedia, em 2006, a das mulheres em 130 euros, o que correspondente a mais 20,2%.

Por grupo etário, verifica-se um aumento do rendimento salarial mensal líquido com a idade até ao grupo dos 45 aos 64 anos, a partir do qual o rendimento volta a descender. Este padrão reflecte a evolução dos rendimentos ao longo do ciclo da vida activa de um trabalhador, no qual acumula aumentos salariais resultantes de retornos da antiguidade e da experiência, de promoções e de mudanças de emprego. Um indivíduo com idade dos 15 aos 24 anos auferia, em média em 2006, um rendimento salarial mensal líquido de 468 euros. Um indivíduo com idade dos 45 aos 64 anos auferia, no mesmo ano, um rendimento salarial mensal líquido de 812 euros, mais 73,5% do que um indivíduo dos 15 aos 24 anos.

Os rendimentos salariais também aumentam com o nível de escolaridade completo dos indivíduos. Com efeito, o salário médio de um trabalhador por conta de outrem com o nível de escolaridade obrigatório (até ao 3º ciclo do ensino básico) era de 565 euros, em 2006. Este valor encontra-se 20,6% abaixo da média geral. Por outro lado, um trabalhador com nível de ensino secundário e pós-secundário ganhava, no mesmo ano, 6,5% acima da média (e o correspondente a 1,3 vezes o montante auferido por um indivíduo que completou o nível de escolaridade básico). Por fim, um trabalhador com nível de escolaridade correspondente ao ensino superior ganhava, em média em 2006, um salário líquido de 1 355 euros, o que corresponde a mais do dobro (2,4 vezes) do salário recebido pelos indivíduos com o nível de escolaridade mais baixo dos três analisados, situando-se 90,3% acima da média geral.

Os rendimentos salariais mensais líquidos mais elevados pertenciam, em média, em 2006, às regiões NUTS II de Lisboa e do Algarve, que apresentavam valores acima da média nacional (877 euros e 770 euros, respectivamente). As restantes regiões apresentavam valores abaixo da média nacional. Destas, as regiões Norte e Centro registavam os menores rendimentos salariais mensais líquidos (637 euros e 650 euros, respectivamente).

Gráfico 1: Rendimento salarial mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem em 2006
(valores médios)



O ramo de actividade económica mais bem pago em Portugal, em 2006, correspondia às actividades financeiras (1 359 euros, montante acima da média nacional em 90,9%) (Gráfico 2). Segue-se a educação, com 1 025 euros (44,0% acima da média) e a produção e distribuição de electricidade, gás e água (41,4% acima da média). As actividades com menores remunerações são as actividades das famílias com empregados domésticos e a agricultura, produção animal, caça e silvicultura (30,8% e 51,4% abaixo da média nacional, respectivamente).

Em Portugal, em 2006, havia quatro grupos profissionais cujo rendimento salarial médio líquido se situava acima da média geral (Gráfico 3): 1) quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresa (1 505 euros; mais do dobro da média geral); 2) especialistas das profissões intelectuais e científicas (1 390 euros; quase o dobro da média geral); 3) técnicos e profissionais de nível intermédio (997 euros; 40,0% acima da média geral); 4) Forças Armadas (921 euros; 29,4% acima da média geral). Os restantes grupos profissionais apresentavam rendimentos abaixo da média. Destes, os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas e os trabalhadores não qualificados apresentavam os valores rendimentos salariais baixos (454 euros e 461 euros; 35,3% e 36,2% abaixo da média geral, respectivamente).

Gráfico 2: Rendimento salarial mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem em 2006, por actividade económica principal (CAE Rev. 2.1)
(valores médios)

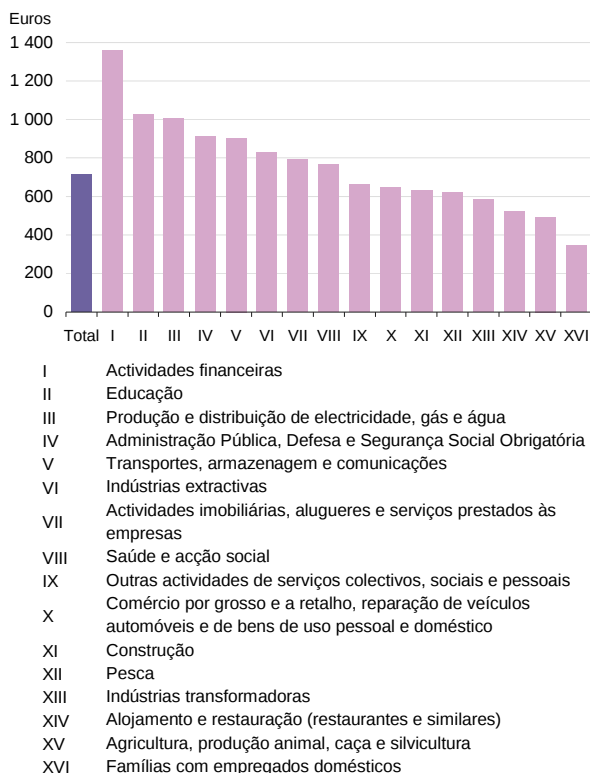
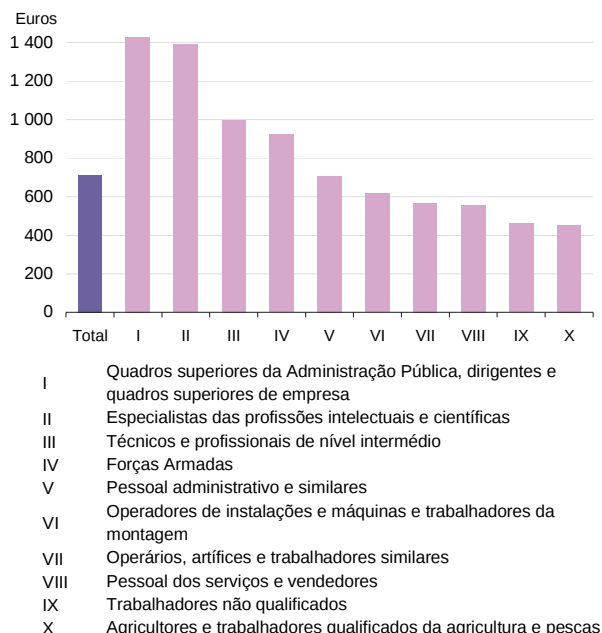


Gráfico 3: Rendimento salarial mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem em 2006, por profissão principal (CNP-94)
(valores médios)



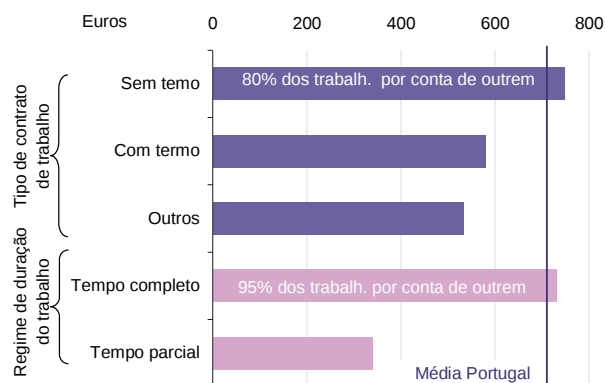
Os trabalhadores a tempo parcial (que representavam 5% do total de trabalhadores por conta de outrem em 2006) auferiam um rendimento salarial mensal líquido que representava menos de metade (46,6%) do dos

trabalhadores a tempo completo (340 euros e 730 euros, respectivamente) (Gráfico 4).

Os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo apresentavam rendimentos salariais líquidos acima da média (747 euros; 4,9% acima da média), enquanto que as restantes situações contratuais reportavam a indivíduos com rendimentos salariais abaixo da média.

Importa referir que as diferenças existentes entre as características das várias dimensões aqui analisadas isoladamente (sexo, grupo etário, nível de escolaridade, região, profissão, actividade económica, tipo de contrato de trabalho e regime de duração do trabalho), que se têm mantido nas ordens de grandeza referidas pelo menos desde 1998, podem ser esbatidas se forem tomadas em consideração em simultâneo (cruzando as várias dimensões) e/ou se para cada uma delas as diferenças forem analisadas controlando para os efeitos decorrentes das restantes (por exemplo, através da estimação de equações de salários com todas as dimensões como variáveis explicativas).

Gráfico 4: Rendimento salarial mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem em 2006
(valores médios)



2.2. A distribuição dos rendimentos salariais mensais líquidos em Portugal

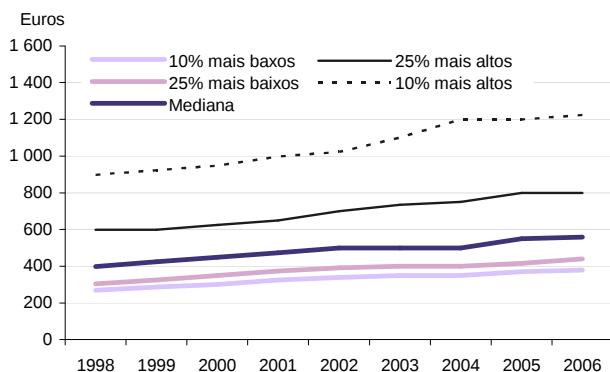
Uma análise dos rendimentos salariais exclusivamente centrada nos seus valores médios não permite conhecer o grau de desigualdade da sua distribuição.

Por essa razão, neste capítulo são analisadas, de forma resumida, algumas estatísticas que permitem caracterizar a distribuição dos rendimentos salariais líquidos dos trabalhadores por conta de outrem residentes em Portugal.

No Gráfico 5 (consultar também o Quadro 2, no fim deste artigo) está representada a distribuição dos rendimentos salariais líquidos dos trabalhadores por conta de outrem. O rendimento salarial líquido mensal mediano era, em 2006, de 560 euros, inferior ao valor da média (712 euros) uma vez que esta é positiva e fortemente influenciada pelos indivíduos que se encontram no topo da distribuição com salários muito elevados. Ao contrário, a mediana dos

rendimentos salariais mensais líquidos dos trabalhadores por conta de outrem não é afectada pelos valores extremos nem pela circunstância de a distribuição ser assimétrica⁸. A mediana é o valor abaixo do qual se encontram 50% dos rendimentos salariais auferidos pelos empregados por conta de outrem.

Gráfico 5: Distribuição do rendimento salarial mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem



Em 2006, na base da distribuição, um décimo dos trabalhadores por conta de outrem auferiam um rendimento salarial mensal líquido inferior a 380 euros. No outro extremo, no topo da distribuição, 10% dos trabalhadores por conta de outrem recebiam mais de 1 224 euros. O rácio entre o maior e o menor decil (ou entre os percentis 90 e 10, respectivamente) dá uma ideia da desigualdade na distribuição dos rendimentos salariais. Em 2006, este rácio era de 3,2, não tendo sofrido grandes alterações ao longo dos últimos anos. Por outro lado, o rendimento salarial mensal líquido, acima do qual se encontram os 10% dos trabalhadores que ganham mais, equivalia a 2,2 vezes o valor mediano e este, por sua vez, correspondia a 1,5 vezes o valor do rendimento salarial abaixo do qual se encontram os 10% dos trabalhadores que ganham menos. Também estes indicadores não registaram grandes alterações nos últimos anos.

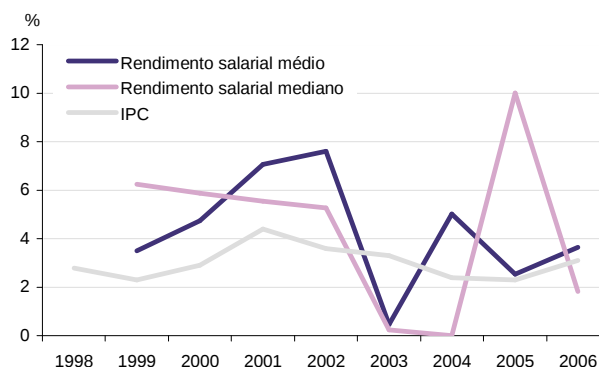
Entre 2005 e 2006, a taxa de variação anual do valor médio do rendimento salarial mensal líquido em Portugal foi de 3,6%, enquanto que a do rendimento salarial mediano foi de 1,8%.

O rendimento salarial mensal líquido dos trabalhadores que se encontravam nos 10% do topo da distribuição aumentou, face ao ano anterior, 2,0%. O rendimento

salarial líquido dos trabalhadores que se encontravam nos 10% da base da distribuição aumentou, face ao ano anterior, um pouco mais (2,7%).

A variação anual do rendimento salarial mensal líquido médio dos trabalhadores por conta de outrem foi menor do que a do índice de preços no consumidor no ano de 2003 (Gráfico 6). Nos restantes anos (de 1998 a 2002 e de 2004 a 2006), aquela taxa de variação superou a taxa de inflação. No caso do rendimento salarial mediano, observou-se que o acréscimo no rendimento salarial líquido dos trabalhadores por conta de outrem foi inferior à taxa de inflação nos anos de 2003, 2004 e 2006.

Gráfico 6: Taxa de variação anual do rendimento salarial mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem e do Índice de Preços no Consumidor (IPC)



2.3. A desigualdade na distribuição dos rendimentos salariais mensais líquidos em Portugal

O índice (de concentração) de Gini (Gini, 1912) é uma das medidas mais utilizadas para avaliar o grau de desigualdade. Habitualmente, é utilizado para medir a desigualdade na distribuição do rendimento, mas pode ser utilizado para medir a desigualdade presente em qualquer distribuição não uniforme. Por essa razão, pode ser utilizado para medir a desigualdade na distribuição dos rendimentos salariais mensais líquidos obtidos a partir do *Inquérito ao Emprego*. Note-se que, neste caso, se está a considerar apenas os fluxos de um determinado tipo de rendimento (o rendimento do trabalho) e não o rendimento global, o rendimento disponível ou a riqueza dos indivíduos, habitualmente utilizados em estudos que pretendem medir o grau de desigualdade existente na distribuição do rendimento. Não é este, porém, o propósito desta análise.

O índice de Gini é um número que se situa no intervalo de 0 a 1, em que 0 corresponde a uma situação de igualdade perfeita ou de distribuição igualitária (toda a gente ganha o mesmo rendimento) e 1 corresponde à desigualdade perfeita (uma só pessoa recebe todo o rendimento e as restantes não recebem nada, havendo a concentração do rendimento numa só pessoa).

O índice de Gini é calculado pelo rácio entre duas áreas na curva de Lorenz. Por sua vez, a curva de Lorenz

⁸ O parâmetro *skewness* obtido para os anos de 1998 a 2006 permite-nos concluir que se trata de uma distribuição assimétrica positiva (a massa da distribuição está muito concentrada nos níveis mais baixos de rendimento). Existe, portanto, uma maior proporção de trabalhadores por conta de outrem cujos rendimentos se concentram nos níveis mais baixos do que daqueles que auferem níveis mais elevados. Por outro lado, o parâmetro *kurtosis*, positivo e elevado, denuncia a existência de uma distribuição leptocúrtica, caracterizada pela existência de um pico acentuado próximo da média. Existe, então, uma maior probabilidade de haver trabalhadores com rendimentos próximos do valor médio do que o que resultaria de uma distribuição Normal.

representa a frequência relativa (percentagem) acumulada dos indivíduos (eixo das abcissas) e a frequência relativa acumulada dos seus rendimentos (eixo das ordenadas), ordenados previamente de forma ascendente.

Se se designar por A a área compreendida entre a linha da distribuição igualitária (ou linha de 45º) e a curva de Lorenz e por B a área por baixo da curva de Lorenz, então o coeficiente de Gini é obtido por $A/(A+B)$. Na prática, é utilizada a fórmula de Brown (1994):

$$\text{Gini} = 1 - \sum_{i=1}^n (X_i - X_{i-1})(Y_i + Y_{i-1})$$

No caso dos dados obtidos a partir dos microdados do *Inquérito ao Emprego* relativos ao 2º trimestre de 2007, tem-se que:

- X_i é a frequência relativa acumulada do ponderador do indivíduo i na amostra do *Inquérito ao Emprego* ($i=1, \dots, n$), com $X_0 = 0$ e $X_n = 1$.
- Y_i é a frequência relativa acumulada do rendimento salarial mensal líquido do indivíduo i ($i=1, \dots, n$), com $Y_0 = 0$ e $Y_n = 1$.

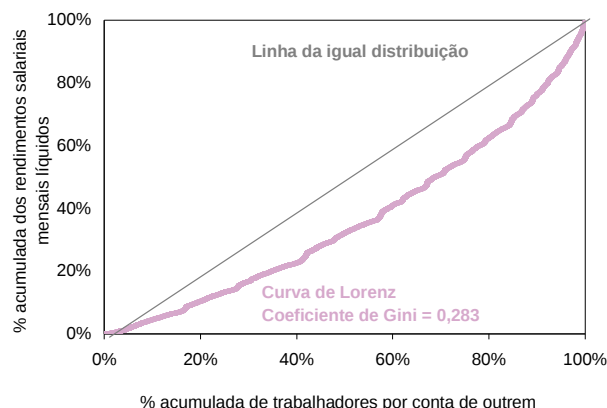
Em Portugal, o coeficiente de Gini, no 2º trimestre de 2007, estimado a partir dos dados do *Inquérito ao Emprego* é de 0,283. Este valor⁹ está um pouco abaixo do que se obtém a partir de outras fontes [cf. cálculos realizados pela OCDE (2003), Eurostat (Guio, 2005) e INE (2004)].

Este resultado, porém, não deve ser comparado com os obtidos nesses outros trabalhos, pelas razões já apontadas, nomeadamente por:

- ter sido calculado com base nos rendimentos salariais mensais líquidos dos indivíduos (e não com base nos rendimentos anuais brutos ou disponíveis do agregado, como é habitual);
- ser relativo a um conjunto mais homogêneo de indivíduos (só trabalhadores por conta de outrem) do que o tomado nos outros estudos (onde são também incluídos os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores noutras situações na profissão).

Por estas razões, o índice de Gini aqui calculado pretende apenas ilustrar que a partir dos microdados do *Inquérito ao Emprego* é possível medir o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos que este capta (rendimentos salariais mensais líquidos dos trabalhadores por conta de outrem), não havendo qualquer ambição de o tomar como um indicador mais global do grau de desigualdade existente na distribuição do rendimento em Portugal.

Gráfico 7: Curva de Lorenz - 2º trimestre de 2007



Os 10% de trabalhadores com maior remuneração acumulam 25% dos rendimentos salariais, enquanto que os 10% de trabalhadores com salários mais baixos dispõem apenas de 5% dos mesmos.

Por fim, resta acrescentar que ao longo do período abrangido pela actual série de dados do *Inquérito ao Emprego* (do 1º trimestre de 1998 ao 2º trimestre de 2007), não se assistiu a uma tendência de acréscimo ou decréscimo no valor apurado para o coeficiente de Gini.

3. Para saber mais...

Brown, M. 1994. "Using Gini-style indices to evaluate the spatial patterns of health practitioners: theoretical considerations and an application based on Alberta data". *Social Science & Medicine*, 38:9, pp. 1243-1256.

Gini, C. 1912. "Variabilita e Mubilita, contributo allo studio delle distribuzioni e relazioni statistiche", *Studi Economico-Giuridici dell'Univ. de Cagliari*, 3:2, pp. 1-158.

Guio, Anne-Catherine. 2005. "Income poverty and social exclusion in the EU25", *Statistics in Focus: population and social conditions*. Eurostat.

INE, Destaque (Dia Internacional de Erradicação da Pobreza), de 14 de Outubro de 2004.

OECD Economic Surveys – Portugal, 2003.

⁹ Nos últimos trimestres, este valor não registou alterações significativas. Em média, em 2005, foi de 0,294. Em 2006, foi de 0,288.

Quadro 1. Rendimento salarial mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem

										Continua
Valores médios	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var. anual
										2006/2005
	Euros									%
Total	508	526	551	590	635	638	670	687	712	3,6
Sexo										
Homens	556	574	603	644	689	691	729	743	775	4,3
Mulheres	453	471	494	531	577	580	609	629	645	2,5
Grupo etário										
15-24 anos	355	378	398	446	495	447	465	464	468	0,9
25-34 anos	479	499	529	568	605	606	633	649	668	2,9
35-44 anos	565	572	591	624	658	677	708	724	748	3,3
45-64 anos	584	601	626	664	717	721	760	782	812	3,8
65 e mais anos	426	437	427	485	577	567	594	568	640	12,7
Nível de escolaridade completo										
Até ao básico - 3º ciclo	422	436	462	492	530	519	530	548	565	3,1
Secundário e pós-secundário	598	625	627	681	736	722	734	740	758	2,4
Superior	1 052	1 051	1 080	1 155	1 219	1 248	1 294	1 304	1 355	3,9
Profissão (CNP-94)										
Quadros superiores da Administração Pública, dirig. e quadros superiores de empresa	1 276	1 246	1 099	1 186	1 339	1 345	1 433	1 465	1 505	2,7
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	1 047	1 057	1 116	1 159	1 268	1 295	1 339	1 350	1 390	3,0
Técnicos e profissionais de nível intermédio	755	788	803	872	933	946	977	968	997	3,0
Pessoal administrativo e similares	552	551	559	608	668	660	664	687	706	2,8
Pessoal dos serviços e vendedores	427	428	454	480	512	509	524	545	556	2,0
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	334	367	377	449	448	475	444	449	454	1,1
Operários, artífices e trabalhadores similares	413	432	458	489	542	513	534	552	568	2,9
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	438	461	490	526	543	552	563	586	617	5,3
Trabalhadores não qualificados	322	340	374	401	431	412	423	445	461	3,6
Forças Armadas	680	745	823	919	883	981	913	845	921	9,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Quadro 1. Rendimento salarial mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem

Valores médios	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Continuação	
										Var. anual	
										2006/2005	
Euros										%	
Total	508	526	551	590	635	638	670	687	712	3,6	
Actividade principal (CAE-Rev. 2.1)											
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	328	354	375	440	442	446	466	470	493	4,9	
Pesca	389	407	424	453	569	919	639	663	621	-6,3	
Indústrias extractivas	532	558	643	748	631	622	646	711	828	16,5	
Indústrias transformadoras	423	446	478	499	553	531	548	577	586	1,6	
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	687	725	717	754	835	815	982	1 008	1 007	-0,1	
Construção	467	479	503	545	596	558	592	606	634	4,6	
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico	465	472	486	516	554	574	582	603	648	7,5	
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	397	399	422	464	511	470	497	530	522	-1,5	
Transportes, armazenagem e comunicações	690	707	708	726	775	814	873	859	905	5,4	
Actividades financeiras	906	948	889	987	1 061	1 203	1 248	1 322	1 359	2,8	
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	549	544	566	665	755	702	719	745	793	6,4	
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	656	674	689	738	773	828	850	874	911	4,2	
Educação	740	753	798	847	868	939	1 010	986	1 025	4,0	
Saúde e acção social	585	610	638	671	728	734	747	746	766	2,7	
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	434	459	533	538	572	580	639	643	663	3,1	
Famílias com empregados domésticos	237	246	260	309	320	296	316	339	346	2,1	
Tipo de contrato de trabalho											
Sem termo	529	547	574	613	657	670	701	719	747	3,9	
Com termo	424	439	464	517	549	516	552	563	581	3,2	
Outros	357	400	424	424	556	469	501	496	532	7,3	
Regime de duração do trabalho											
Tempo completo	520	540	565	605	647	656	688	707	730	3,3	
Tempo parcial	294	256	271	285	401	305	333	325	340	4,6	
Região NUTS II											
Norte	459	476	501	526	567	572	600	616	637	3,4	
Centro	478	511	517	552	601	599	616	621	650	4,7	
Lisboa	614	627	661	695	761	773	826	848	877	3,4	
Alentejo	483	498	536	578	631	630	635	661	659	-0,3	
Algarve	505	501	512	669	577	604	678	711	770	8,3	
R. A. Açores	487	479	529	590	598	605	611	652	669	2,6	
R. A. Madeira	383	409	455	544	670	632	511	667	654	-1,9	

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

**Quadro 2. Distribuição do rendimento salarial mensal líquido
dos trabalhadores por conta de outrem**

		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Var. anual 2006/2005
		Euros									%
Média		508	526	551	590	635	638	670	687	712	3,5
Percentis											
10	10% ganham menos do que:	269	287	299	324	339	350	350	370	380	2,7
20	20% ganham menos do que:	299	309	324	349	360	375	400	400	400	0,0
25 (1º quartil)	25% ganham menos do que:	304	324	349	374	390	400	400	415	440	6,0
30	30% ganham menos do que:	324	349	359	394	400	400	425	450	450	0,0
40	40% ganham menos do que:	354	377	399	424	449	450	480	500	500	0,0
50 (mediana)	50% ganham menos do que:	399	424	449	474	499	500	500	550	560	1,8
60	60% ganham menos do que:	449	474	499	524	550	575	600	600	629	4,8
70	70% ganham menos do que:	519	549	599	599	648	650	700	720	750	4,2
75 (3º quartil)	75% ganham menos do que:	599	599	623	648	700	734	750	800	800	0,0
80	80% ganham menos do que:	648	673	698	748	750	800	880	900	916	1,8
90	90% ganham menos do que:	898	923	948	998	1 023	1 100	1 200	1 200	1 224	2,0
Desvio-padrão											
Desvio-padrão		436	386	378	657	1 047	508	475	510	489	
Percentil 90 / Percentil 10		3,3	3,2	3,2	3,1	3,0	3,1	3,4	3,2	3,2	
Percentil 90 / Percentil 50		2,3	2,2	2,1	2,1	2,1	2,2	2,4	2,2	2,2	
Percentil 50 / Percentil 10		1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,5	1,5	

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

“Tema em análise” já publicados nas *Estatísticas do Emprego*

1º trimestre 2006	O Inquérito ao Emprego: o que é e para que serve?
	Maria José Correia e Francisco Lima
2º trimestre 2006	A avaliação do desemprego pelo Inquérito ao Emprego
	Maria José Correia e Francisco Lima
3º trimestre 2006	Medidas alternativas à taxa de desemprego oficial: a consideração dos inactivos desencorajados e do subemprego visível
	Sónia Torres
4º trimestre 2006	Fluxos trimestrais de indivíduos entre estados no mercado de trabalho
	Sónia Torres
1º trimestre 2007	Os módulos <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego. Principais resultados do módulo <i>ad hoc</i> de 2005 – Conciliação da vida profissional com a vida familiar
	Sónia Torres